



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Comércio global terá maior queda desde Segunda Guerra (Folha de S. Paulo) 24/03/09	3
Plano dos EUA subsidia risco, e Bolsa dispara (Folha de S. Paulo) 24/03/09	3
CNA apresenta pauta para infraestrutura (Folha de S. Paulo) 24/03/09.....	4
Crédito é maior ameaça para o agronegócio brasileiro, diz OCDE (Folha de S. Paulo) 24/03/09	5
Em alerta ao aquecimento, cartões-postais serão apagados (Folha de S. Paulo) 24/03/09	5
PETROLEIRA CANADENSE COMPRA RIVAL POR US\$ 15,6 BI (Folha de S. Paulo) 24/03/09.....	6
ÍNDIOS MANTÊM TRÊS REFÉNS EM RESERVA NO PARANÁ (Folha de S. Paulo) 24/03/09.....	6
Na avaliação de Lula, "o pior da crise já passou" (O Estado de S. Paulo) 24/03/09.....	6
Crise encerra "lua de mel" entre Lula e prefeitos (O Estado de S. Paulo) 24/03/09	7
Petrobrás minimiza impacto da greve (O Estado de S. Paulo) 24/03/09	8
Quando Lula encontra Obama (O Estado de S. Paulo) 24/03/09.....	8
Rubens Barbosa, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador do Brasil nos EUA	10
Mesmo com 100 taquígrafos, Senado terceiriza serviço (Estadão Online 08:13h) 24/03/09	10
EPE critica preferência por térmicas (Gazeta Mercantil) 24/03/09.....	10
Governo quer trocar óleo por gás em usinas do País (Gazeta Mercantil) 24/03/09.....	11
Minc rejeita hidrelétrica do PAC no Rio Araguaia (Gazeta Mercantil) 24/03/09.....	11
Secretária defende maior tarifa para água e mais investimento (Gazeta Mercantil) 24/03/09	12
Lucro da Copel recua 2,5%, para R\$ 1,079 bi (Gazeta Mercantil) 24/03/09	13
REGISTRO - R\$ 13 BILHÕES DO BNDES (Gazeta Mercantil) 24/03/09.....	14
Greve paralisa produção na P-34, unidade do pré-sal (Gazeta Mercantil) 24/03/09	14
Mercado vê economia estagnada em 2009, segundo boletim do BC (Gazeta Mercantil) 24/03/09	15
A área de TI vem apoiando o setor elétrico em meio à crise (Gazeta Mercantil) 24/03/09.....	16
A crise e o aumento da importância do Brasil (Gazeta Mercantil) 24/03/09	17
Governo faz acordo para manter fator previdenciário (Valor Econômico) 24/03/09.....	18
Areva investe na geração a partir da cana no Nordeste (Valor Econômico) 24/03/09	19
Consumo de energia industrial cresce 3,7% em fevereiro em relação a janeiro (Valor Econômico) 24/03/09.....	19
Indústria quer pagar menos pelo gás (Valor Econômico) 24/03/09.....	20
Bolívia pede transparência da Petrobras (Valor Econômico) 24/03/09.....	21
Financiamento de projetos de infraestrutura caiu em 2008, diz Anbid (Valor Online 18:21h) 23/03/09	21
Governo quer converter térmicas a óleo para gás (Estadão Online 20:21h) 23/03/09	22
Greve faz Petrobras acionar plano de contingência (Estadão Online 19:46h) 23/03/09	23
Jirau: Ibama desembarga obra e prevê LI para abril (CanalEnergia) 23/03/09.....	24
Eletrobrás/Procel e UFRGS inauguram Laboratório de Conforto Ambiental (CanalEnergia) 23/03/09	25
Carlos Minc diz que pode vetar hidrelétricas na bacia do Rio Araguaia (CanalEnergia) 23/03/09	25
Energias do Brasil ON fecha em alta de 7,60% (CanalEnergia) 23/03/09.....	26
Assimetria tarifária não tem convergência para possíveis soluções (CanalEnergia) 23/03/09.....	26
BNDES prevê desembolso de R\$ 13 bilhões para o setor em 2009 (CanalEnergia) 23/03/09	27
Furnas abre chamada para formar parcerias em leilão de transmissão (CanalEnergia) 23/03/09.....	27
Eletrobrás terá US\$ 710 milhões para reestruturação da companhia (CanalEnergia) 23/03/09.....	28
Leilão de eólicas: portaria definitiva deverá sair em duas semanas (CanalEnergia) 23/03/09.....	28
EPE estuda converter térmicas a óleo combustível em gás natural (CanalEnergia) 23/03/09.....	28

Reservatório de Tucuruí opera com 85,81% da capacidade armazenada (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09	29
PCH São Lourenço inicia testes de 29,1 MW (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09	29
BIP Netherlands transfere participações minoritárias em transmissoras (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09.....	30
Belo Monte será licitada em outubro, confirma EPE (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09.....	30
Energias do Brasil ON opera em alta de 5,33% (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09	30
Trasmisoras pagarão R\$ 43,74 milhões em encargos (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09	31
CVM: Tractebel pede registro de emissão de debêntures (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09.....	31
Lucro da Copel recua 2,5% em 2008 (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09.....	31
Usina Monte Alegre atuará como produtora independente em MG (<i>CanalEnergia</i>) 23/03/09	32

SINDICAL

Cerca de 639 mil trabalhadores ainda não sacaram o PIS (CUT Nacional) 24/03/09.....	32
Governo mantém reajuste de servidores e anuncia corte nos concursos públicos (CUT Nacional) 24/03/09.....	33
Encontro Internacional de Trabalhadores na Alimentação (CUT Nacional) 23/03/09.....	33
Nota da CUT (CUT Nacional) 23/03/09	35
Greve dos petroleiros (CUT Nacional) 23/03/09.....	36
Nesta terça, 24 de março (CUT Nacional) 23/03/09	39
Plano de habitação é apresentado a sindicalistas (CUT Nacional) 23/03/09.....	39
CUT amplia sua base no campo (CUT Nacional) 23/03/09.....	40
Químicos de São Paulo (CUT Nacional) 23/03/09.....	41
Sintep/MT: Seminário “Trabalho decente por uma vida decente” ocorre nesta terça-feira (24) (CUT Nacional) 23/03/09.....	43
Lula anuncia novo pacote de habitação nesta quarta-feira (25) (CUT Nacional) 23/03/09.....	44
FENADADOS: Plenária Nacional de Campanha Salarial e Organização do Movimento 2009/2010 (CUT Nacional) 23/03/09.....	45
Entidades Sindicais Nacionais se reúnem na sede do GEAP, e reivindicam a abertura de nova jornada (CUT Nacional) 23/03/09.....	46
Encontro Nacional do Setor Siderúrgico reúne dirigente sindicais na CNMI/CUT (CUT Nacional) 23/03/09.....	46
Superintendência liberta 280 pessoas de fazenda em Tocantins (CUT Nacional) 23/03/09.....	47

Comércio global terá maior queda desde Segunda Guerra (Folha de S. Paulo) 24/03/09

Segundo OMC, recuo deve chegar a 9% neste ano por causa da crise econômica

Lamy viaja aos EUA para tentar convencer país a apoiar Rodada Doha, que poderia barrar expansão do protecionismo na crise

CLÓVIS ROSSI
ENVIADO ESPECIAL A LONDRES

A OMC (Organização Mundial do Comércio) calculou em 9% a retração que o comércio global sofrerá neste ano, como consequência da crise, no que seria o maior recuo desde a Segunda Guerra (1939-45).

O dado é uma antecipação do relatório que será divulgado amanhã pela OMC.

O diretor-geral da organização, Pascal Lamy, chegou ontem aos EUA para tentar convencer as lideranças do país da necessidade de concluir a estagnada Rodada Doha de liberalização do comércio global, lançada em 2001.

Um acordo sobre a rodada seria "uma apólice de seguro" contra novas medidas protecionistas, na medida em que as tarifas de importação seriam necessariamente reduzidas e os subsídios também cairiam, o que, no caso, favorece países, como o Brasil, que praticamente não subsidiam sua produção agrícola.

Ao acenar com a hipótese de novas medidas protecionistas em tempos de crise, Lamy já sabe que o relatório a ser divulgado amanhã também faz uma reavaliação das restrições ao comércio adotadas no mundo desde o agravamento da crise, no final do ano passado.

Relatório do Banco Mundial mostrou que, desde que os países do G20 se comprometeram em novembro a combater o protecionismo e a se esforçar para concluir Doha, 17 deles adotaram 47 medidas de restrição ao comércio.

Mas tanto esse documento como o primeiro relatório do OMC sobre protecionismo na esteira da crise afirmavam que não havia ainda um efeito significativo dessas restrições no comércio, bloqueado pela queda da atividade econômica, numa ponta, e pelas dificuldades de crédito para exportação na outra, e não pelo protecionismo propriamente dito.

Antes de viajar, Lamy conversou com o chanceler brasileiro Celso Amorim, outro dos cruzados de Doha, que sugeriu ao diretor-geral da OMC que focasse os políticos na sua viagem aos Estados Unidos, em vez de se concentrar nos empresários eventualmente temerosos de que uma invasão de produtos estrangeiros agrave ainda mais a crise de cada setor da economia interna.

A avaliação comum de Lamy e de Amorim é a de que a grande dificuldade no momento não é propriamente uma posição norte-americana contrária ao fechamento da rodada, mas a absoluta falta de posição do novo governo dos EUA.

Plano dos EUA subsidia risco, e Bolsa dispara (Folha de S. Paulo) 24/03/09

Governo Obama fica com até 95% do risco e do custo do plano de US\$ 1 tri para tentar limpar "papéis tóxicos" do mercado

Obama diz que "é um bom começo", e o secretário do Tesouro admite riscos; Bolsa de NY sobe 6,8%, enquanto a Bovespa ganha 5,9%

O presidente Barack Obama (dir.) e o secretário do Tesouro, Timothy Geithner, no anúncio do plano financeiro na Casa Branca

FERNANDO CANZIAN
DE NOVA YORK

O Departamento do Tesouro dos EUA detalhou ontem um ambicioso plano para retirar até US\$ 1 trilhão de ativos "tóxicos" do sistema bancário americano. O objetivo é limpar as carteiras de crédito dos bancos para tentar restaurar o mercado de crédito, epicentro da crise global.

Cerca de 95% do custo e do risco do programa serão assumidos pelo governo federal, e, no caso de perdas, pagos pelos contribuintes.

O valor envolvido alcança quase o tamanho do PIB anual do Brasil. Especialistas e o mercado financeiro reagiram positivamente à abrangência e detalhamento do plano. O índice Dow Jones da Bolsa de Nova York disparou 6,8%. A Bovespa subiu 5,9%.

Embora batizado como Programa de Investimento Público-Privado, o governo dos EUA entrará com quase todo o dinheiro e garantias a eventuais investidores que queiram participar da compra dos papéis.

A expectativa é que investidores privados paguem do próprio bolso por apenas 5% dos ativos a serem adquiridos. Os títulos "tóxicos" são ativos resultantes de empréstimos feitos pelos bancos sem garantias reais suficientes e geralmente lastreados pelo setor imobiliário, no qual os preços das casas estão em queda livre há dois anos. Por isso, esses papéis perderam muito do seu valor, abrindo rombos gigantescos nos bancos, e não encontram preço no mercado.

Uma das principais dúvidas em relação ao programa era como determinar o valor desses ativos. O plano do Tesouro é fazer uma espécie de leilão entre investidores. Quem quiser pagar mais leva os papéis -com financiamento e garantias do governo americano.

De saída, o programa dará financiamento para a compra de US\$ 500 bilhões, podendo chegar a US\$ 1 trilhão. Para isso, serão utilizados inicialmente entre US\$ 75 bilhões e US\$ 100 bilhões de dinheiro do Tarp, plano aprovado no governo Bush para enfrentar o problema dos ativos "tóxicos".

O plano funcionaria da seguinte maneira (no caso hipotético de um volume de ativos "tóxicos" de US\$ 100):

- 1) A FDIC, agência federal que supervisiona o sistema bancário, fará um leilão desses títulos junto a investidores privados. No leilão, o comprador mais agressivo oferece, por exemplo, US\$ 84 pelos papéis;
- 2) A FDIC garantirá ao investidor um empréstimo subsidiado de até US\$ 72;
- 3) Para os US\$ 12 restantes, o investidor privado entrará com US\$ 6, e o Departamento do Tesouro, com mais US\$ 6 (de dinheiro do Tarp).

No formato do programa, portanto, cerca de 95% do risco e do financiamento são estatais. Pois, no caso de esse mesmo volume de US\$ 100 em ativos (comprados por US\$ 84) continuar se desvalorizando até se tornar definitivamente imprestável, o investidor privado pode simplesmente abandonar o investimento. O grande "mico" ficará com a FDIC. No caso oposto, de valorização, todos saem ganhando. A valorização no caso desses papéis só se dará se os imóveis que estiverem por trás dos títulos voltarem a se valorizar um dia ou se, por exemplo, um mau pagador de hipotecas voltar a honrar suas dívidas.

Com sua generosa participação no programa, o governo dos EUA espera atrair para os leilões fundos de pensão, empresas de seguros e investidores de longo prazo. Ao contrário dos bancos, que já receberam recursos diretamente do Tesouro, não haverá restrição a pagamento de bônus ou a salários de executivos de fundos ou empresas que participarem do novo programa.

"Não existe nenhuma dúvida de que o governo está assumindo um risco", afirmou o secretário do Tesouro, Timothy Geithner, ao anunciar o programa. "Mas a questão é qual a melhor maneira de fazer isso."

Já o presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou que o plano é "um bom começo". "Não vai acontecer da noite para o dia, mas estamos nos movendo na direção correta", disse.

CNA apresenta pauta para infraestrutura (Folha de S. Paulo) 24/03/09

Com apoio de comissão do Senado, plano visa usar verbas do PAC para projetos de escoamento da safra

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) apresenta hoje à Comissão de Infraestrutura do Senado uma pauta com as grandes reivindicações da agricultura e da pecuária brasileira na área de transporte. A ideia da CNA é obter apoio dos senadores em projetos como a construção de hidrovias, a recuperação dos portos e investimentos na reconstrução e na reforma de rodovias federais usadas como corredores de exportação.

A reportagem da Folha embarcou num caminhão usado no transporte da safra de grãos e cruzou durante cinco dias 2.470 quilômetros de estradas federais no Centro-Oeste do país. A jornada revelou o colapso em corredores das BRs 163, 364 e 452 entre os Estados de Mato Grosso e Goiás.

A situação começa a representar ameaça a regiões produtoras em que o custo de transporte se torna ano a ano proibitivo para manter a produção na região. O próprio governo informou à reportagem que paga R\$ 1 bilhão por ano para equalizar os custos de transporte e, dessa forma, minorar a perda de competitividade decorrente da carência da infraestrutura.

A CNA começou a fazer um levantamento sobre a situação de todas as grandes regiões produtoras do país. Segundo a senadora Katia Abreu (DEM-TO), presidente da confederação, o país deveria investir em hidrovias e portos, além de manter as estradas.

O Centro-Oeste, foco da reportagem publicada no domingo, segundo Abreu, poderia ter à disposição três hidrovias através das quais escoaria a produção com baixíssimos custos de transporte.

"Nós temos na região três Mississippis [referência ao rio norte-americano] e não usamos nenhum", diz. Além da hidrovia do Madeira, em operação, mas com escala pequena (transporta por ano cerca de 2 milhões de toneladas de grãos), há o complexo hidroviário Teles Pires/Tapajós (projeto em estudo), além do rio Tocantins.

O problema, segundo Abreu, é a falta de planejamento entre os projetos hidrelétricos e os de transportes. A situação do rio Tocantins é emblemática, afirma. A construção da usina de Lajeado, próximo a Palmas, não previu eclusa para navegação. A obra, mais tarde, foi proposta e iniciada, mas, por ora, está parada. A eclusa de Tucuruí deve sair do

papel, mas há entre as duas a usina de Estreito na divisa entre os Estados de Tocantins e Maranhão. Nesse caso não há sequer projeto executivo de eclusa.

Custos altos

Para Newton Gibson, presidente da ABTC (Associação Brasileira dos Transportadores de Carga) e vice-presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), o caos nas estradas representa atualmente custos com manutenção que tomam em média 40% da receita de frete.

Além dos investimentos em manutenção de rodovias, o governo federal deveria, segundo ele, acelerar as concessões para o setor privado.

"Não sei qual a razão por que isso não anda, mas o governo precisa acordar para isso", diz.

Crédito é maior ameaça para o agronegócio brasileiro, diz OCDE (Folha de S. Paulo) 24/03/09

GITÂNIO FORTES

ENVIADO ESPECIAL A PARIS

Recuo na oferta e custo mais alto do crédito, além da queda no investimento estrangeiro direto, representam os mais sérios riscos para a agropecuária dos países emergentes nesta crise financeira global. Essa é a avaliação da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne 30 dos países mais ricos do mundo). No caso brasileiro, a dificuldade aumenta pela constante renegociação de dívidas agrícolas. "Adiar pagamentos prejudica o funcionamento do mercado de crédito e eleva o risco para o sistema bancário", diz Ken Ash, diretor de Agricultura e Comércio da OCDE. Esses recursos deveriam ir para infraestrutura, área em que o Brasil apresenta dificuldades, afirma Olga Melyukhina, economista da Diretoria de Agricultura e Comércio. Embora o agronegócio seja um setor "relativamente forte, o país ainda não desenvolveu um sólido sistema de crédito rural", diz. O Brasil foi um dos países analisados no relatório "Políticas Agrícolas em Economias Emergentes", divulgado na semana passada. Os outros foram Chile, China, Índia, Rússia, África do Sul e Ucrânia. Embora nenhum integre a entidade, a OCDE sugeriu a todos que resistam à "tentativa de protecionismo", diz Andrzej Kwiecinski, analista de política agrícola. O ideal é evitar ações imediatistas, como reduzir ou suspender tarifas de importação, ou impor barreiras de exportação, por meio do aumento ou da criação de taxas. Isso pode até ampliar a oferta de alimentos nos países exportadores a curto prazo, mas, ao reforçar a autossuficiência, há o risco de elevar a instabilidade dos preços agrícolas, além de reduzir o comércio global. Segundo a OCDE, o melhor é que os emergentes invistam em pesquisa, infraestrutura, treinamento e marketing. Como medida de curto prazo, Kwiecinski elogiou o Chile, que concentrou o apoio oficial ao beneficiar o acesso de consumidores a alimentos básicos.

Água

A OCDE também apresentou, no 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul (Turquia), um outro relatório. Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, defendeu a revisão das formas de financiamento dos serviços relacionados à oferta de água. Segundo Gurría, os países em desenvolvimento precisam gradualmente chegar a sistemas baseados em tarifas capazes também de proteger quem tenha menos condição de pagar pela água. A OCDE apurou que, de cada dólar investido para gerenciar recursos hídricos, os benefícios econômicos somam de US\$ 4 a US\$ 12. "É uma boa estratégia para países como o Brasil, ricos em água", diz Brendan Gillespie, pesquisador da Diretoria de Ambiente.

Em alerta ao aquecimento, cartões-postais serão apagados (Folha de S. Paulo) 24/03/09

DA REPORTAGEM LOCAL

Para chamar a atenção para o aquecimento global e as mudanças climáticas, alguns dos principais cartões-postais do país serão apagados por uma hora no sábado à noite.

Em São Paulo, a ponte Octavio Frias de Oliveira, o Monumento às Bandeiras e alguns equipamentos do parque Ibirapuera, entre outros, farão parte da ação, organizada em 81 países pela ONG ambiental WWF. A prefeitura assinou ontem a adesão ao programa, que ocorre uma vez por ano.

No Rio de Janeiro, serão apagadas as luzes do Cristo Redentor, da orla de Copacabana e do parque do Flamengo. Em Brasília, a ação atingirá os palácios do Planalto e do Itamaraty, o Congresso Nacional e toda a Esplanada dos Ministérios.

Este é o terceiro ano que a WWF organiza a Hora do Planeta. A iniciativa começou em 2007 na Austrália, chegou a 371 cidades em 35 países no ano passado e agora quer atingir mais de 2.000 cidades.

Só no Brasil, 36 municípios haviam confirmado a participação até ontem, de acordo com a ONG.

Qualquer pessoa pode participar do movimento. A WWF orienta que as pessoas apaguem as luzes de suas salas no sábado entre 20h30 e 21h30. É um ato apenas simbólico, pois, no Brasil, o consumo e a produção de energia elétrica não estão entre os principais fatores de mudança climática.

Os interessados devem registrar sua participação no site www.horadoplaneta.org.br.

Uma das preocupações da WWF é com a segurança pública. A ONG recomenda que a iluminação pública não seja apagada. Em Brasília, a Esplanada dos Ministérios será totalmente apagada, inclusive as luzes da rua. Por isso, a segurança pública será reforçada no horário.

Outra preocupação foi em relação ao Ibirapuera. Embora o parque participe da ação, serão apagadas apenas as luzes das fachadas do auditório, do pavilhão da Bienal, do planetário e, parcialmente, do Museu Afro Brasil. A iluminação pública dos estacionamentos e da marquise, por exemplo, permanecerão acesas.

Alguns prédios particulares simbólicos de São Paulo também já confirmaram participação na iniciativa, como o Copan, o Museu de Arte Moderna e o World Trade Center.

(EVANDRO SPINELLI)

ENERGIA

PETROLEIRA CANADENSE COMPRA RIVAL POR US\$ 15,6 BI (Folha de S. Paulo) 24/03/09

A companhia petrolífera Suncor vai adquirir a rival Petro-Canada por US\$ 15,6 bilhões, em um negócio que vai formar a maior companhia de energia do Canadá e uma força no mercado de areias betuminosas. O negócio ainda precisa ser autorizado pelas autoridades regulatórias canadenses. A Suncor é a terceira maior produtora de petróleo e gás do Canadá em valor de mercado. Já a Petro-Canada está em sexto lugar usando esse mesmo critério.

QUESTÃO INDÍGENA

ÍNDIOS MANTÊM TRÊS REFÊNS EM RESERVA NO PARANÁ (Folha de S. Paulo) 24/03/09

Índios caingangues mantêm há cinco dias um sociólogo e dois eletricitistas da Companhia Paranaense de Energia Elétrica refêns na reserva Barão de Antonina (PR). O procurador de República em Londrina, José Mauro Luizão, condicionou à liberação dos refêns a oficialização de acordo entre os índios e a companhia.

Na avaliação de Lula, "o pior da crise já passou" (O Estado de S. Paulo) 24/03/09

Presidente também diz que, apesar de sofrer muito com o desemprego, a crise "é boa" porque lhe deu ânimo e o impediu de "enjoar" de governar

Ângela Lacerda e Tiago Décimo

Depois de comparar os efeitos da crise global no Brasil a uma "marolinha", ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse no Recife que a crise é comparável a uma gripe. Lula afirmou que o Brasil "não tem que ter medo de crise, não tem que se assustar". "Isso é como uma gripe. Uma gripe, num cabra muito fino, deixa ele de cama. Num cabra macho, ele vai trabalhar e não perde uma hora de serviço por causa de uma gripe", afirmou em entrevista à Rádio Jornal do Recife.

"Nós vamos enfrentar essa crise trabalhando, quanto mais crise, mais trabalho, quanto mais crise, mais investimento." Em discurso na inauguração da nova unidade da Sadia, no município de Vitória de Santo Antão, o presidente disse que "esta não é uma crise que se tenha de fazer contenção de despesa ou ajuste fiscal".

À noite, em Salvador, onde participou do lançamento da segunda fase do programa Territórios da Cidadania, Lula disse que, apesar de "sofrer muito" com o desemprego, a crise econômica "é boa" e o impediu de "enjoar" de governar. "No segundo mandato eu tinha medo de enjoar. E na hora que eu estava enjoado veio a crise. Ela deu ânimo para fazer coisas que precisam ser feitas neste País", declarou. "Não que eu esteja gostando, mas a crise veio num momento para testar os líderes."

Na avaliação do presidente, o período mais difícil foi de outubro a janeiro, e já passou. "O número de empregos em fevereiro já não foi negativo", observou. "Foram 9 mil a mais em fevereiro, o que é pouco, mas é um sinal extraordinário."

Ele reconheceu que a crise é real e começou a incomodar o País na hora que o crédito internacional sumiu. Lula destacou que 30% do crédito brasileiro era tomado no exterior. Com a crise, as grandes empresas se voltaram para buscar crédito dentro do País. "É preciso arrumar mais crédito", destacou ao citar a queda nas exportações que, ao seu ver, é o segundo pior efeito da crise global.

Na entrevista à Rádio Jornal, ele complementou que, nessas horas, o governo "tem de entrar para ajudar, seja com medidas do próprio governo, do Banco do Brasil ou do Banco do Nordeste do Brasil, para rolar as dívidas dos companheiros". O objetivo é não permitir que "o sufoco da crise venha a matar afogado quem apostou e trabalhou o tempo inteiro".

Crise encerra "lua de mel" entre Lula e prefeitos (O Estado de S. Paulo) 24/03/09

Rebelião, que inclui até fechamento simbólico de prefeituras, é reação ao corte de repasses do FPM

Moacir Assunção, Angela Lacerda e Carmen Pompeu e Mônica Bernardes

Passados 41 dias do evento com 3,5 mil prefeitos promovido pelo governo em Brasília para anunciar um "pacote de bondades", o clima de "lua de mel" cederá lugar hoje a duras cobranças ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpre agenda em Salvador. Confirmado o corte de 19% no segundo repasse de março do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), um grupo de prefeitos liderados pelo presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Roberto Maia, entregará um documento a Lula cobrando urgente revisão dos valores.

Amanhã, prefeituras paranaenses fecharão as portas em ato simbólico e outro grupo levará à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pedido de reconsideração dos repasses. A rebelião contrasta com o ambiente festivo do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, no qual foi anunciado parcelamento das dívidas com o INSS (ver abaixo) e o presidente defendeu a eleição de uma mulher em 2010 para a Presidência. Partidos de oposição viram um ato para promover a pré-candidata Dilma e recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral, mas o pedido não avançou.

O corte foi anunciado na sexta-feira, com base em estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional, e reflete a queda de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) nos dez primeiros dias deste mês. Estava previsto um pagamento de R\$ 310 milhões, mas só R\$ 250 milhões foram efetivamente transferidos.

No acumulado dos últimos três meses - entre o fim de dezembro e o último dia 20 - a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) calcula perda de 7,49% sobre o que era previsto. Em relação a igual período do ano passado, a queda, em valores reais, chegaria a 14,5%.

Em 2008, o total repassado no primeiro trimestre foi de R\$ 13,6 bilhões, em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Neste ano, foram R\$ 11,9 bilhões - queda de R\$ 1,7 bilhão.

Para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, uma das consequências, nas cidades que sobrevivem do fundo, será a redução brusca no investimento em educação e saúde. "Também o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) têm caído de forma assustadora. Os repasses do fundo vinham aumentando havia seis anos e despencaram subitamente, surpreendendo os prefeitos, que contavam com outro perfil de arrecadação e têm compromissos altos a honrar", afirmou.

Ziulkoski lembra que 4 mil dos 5,5 mil municípios brasileiros têm o fundo como principal fonte de recursos. Procurado ontem, o Ministério da Fazenda não respondeu aos pedidos de entrevista.

TORNEIRA FECHADA

A queda nos repasses é atribuída à crise econômica mundial, que levou à redução da receita de IPI e IR. No fim de 2008, Lula isentou automóveis de IPI - 48% da coleta desse tributo vai para Estados e municípios.

Na Bahia, a situação está muito difícil, segundo o presidente da UPB, que é prefeito de Bom Jesus da Lapa. "Muitos prefeitos estão correndo risco de ter as contas reprovadas por não conseguirem repassar a parte da arrecadação que cabe às Câmaras Municipais. Não sobrou dinheiro nenhum nos cofres."

No Rio Grande do Norte, 38 municípios tiveram repasse zero em 2009, segundo a associação local. Estão na lista Mossoró, Macaíba, Ceará-Mirim, Assu, Macau, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Nísia Floresta, Caicó e Currais Novos.

Em Fortaleza, de acordo com o secretário de Finanças, Alexandre Cialdini, houve perda de mais de R\$ 8 milhões em relação a 2008, acendendo luz amarela na administração Luizianne Lins.

EMPENHO

Lula prometeu ontem ajudar as prefeituras a atingirem "um mínimo de capacidade de investimento" para enfrentar a queda do FPM. "Isso é um problema", admitiu ele, em Vitória de Santo Antão (PE), durante inauguração de uma fábrica da Sadia. "Se a prefeitura não estiver bem, o povo não estará bem." Mais tarde, prometeu "empenho pessoal" no assunto.

Lula reconheceu que "os prefeitos estão agoniados porque está diminuindo o FPM", mas garantiu estar atento à questão. De forma didática, ele afirmou para a plateia que, "se cai a receita do governo federal, cai a receita do governo estadual e cai a receita do município".

Apesar da promessa de socorro aos prefeitos, Lula não explicou como agirá para promover o "mínimo de capacidade de investimento". Limitou-se a dizer que, se cada prefeitura atingir esse nível, vai facilitar a vida do governador, que vai "chorar menos" para o presidente, o que facilitará sua vida. "E vai sobrar dinheiro para a gente fazer as coisas."

Petrobrás minimiza impacto da greve (O Estado de S. Paulo) 24/03/09

No primeiro dia do movimento, estatal aciona equipes de contingência e mantém todas as unidades em operação

Kelly Lima

O primeiro dos cinco dias da greve programada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) em plataformas e refinarias da Petrobrás não teve grande impacto na produção da companhia. A paralisação foi iniciada no primeiro minuto da segunda-feira em protesto contra reduções de benefícios dos funcionários por causa da crise mundial e ainda em prol de um aumento no valor da participação dos trabalhadores no lucro da empresa.

Na madrugada de segunda-feira, os turnos deixaram de ser trocados e os funcionários que estavam nas plataformas de petróleo foram mantidos em alto-mar. Uma liminar obtida pela Petrobrás no decorrer do dia, no entanto, garantiu o direito dos trabalhadores de deixar as bases de operação e impediu que as plataformas fossem tomadas pelos grevistas, dando o direito à Petrobrás de manter as atividades.

Mais uma vez, a guerra de informações marcou o primeiro dia de greve. Durante a manhã, a FUP dizia que havia conseguido suspender a produção na Bacia de Campos, no Espírito Santo e no Rio Grande do Norte - incluindo a plataforma P-34, primeira a produzir petróleo no pré-sal no Brasil - e reduzir o ritmo de operações de terminais de movimentação de petróleo e combustíveis.

A entidade chegou a calcular em 100% a adesão à greve, número que foi reduzido para 70% ao longo do dia. "Só vamos conseguir perceber de fato o tamanho do protesto nos próximos dias, quando os turnos deixarem de ser trocados", disse o diretor da FUP, João Antônio Moraes.

A Petrobrás, por sua vez, divulgou nota no início da noite, garantindo que a operação das unidades foi mantida. Onde não houve troca de turno, diz a empresa, as operações foram assumidas por equipes de contingência. Segundo a nota, 28 das 44 plataformas da Bacia de Campos não aderiram, o mesmo ocorrendo em 25 dos 47 terminais e nas 11 refinarias, sem que o processamento de derivados fosse afetado.

No ano passado, uma greve de cinco dias provocou redução de 136 mil barris na produção da estatal, mas segundo a companhia este ano o plano de contingenciamento foi acionado mais rapidamente. A Petrobrás informou também que não há risco de desabastecimento, apesar de a FUP alertar ao mercado que os estoques de Querosene de Aviação (QAV) só seriam suficientes para abastecer por três dias o terminal de Guarulhos, em São Paulo.

No mercado, a greve passou quase despercebida, com as ações da Petrobrás seguindo a alta da Bolsa de Valores de São Paulo no dia e fechando acima dos 6%.

Quando Lula encontra Obama (O Estado de S. Paulo) 24/03/09

Rubens Barbosa

Em 2002, quando, pela primeira vez, o recém-eleito presidente Lula encontrou-se com George W. Bush, o presidente norte-americano explicitou as diferenças ideológicas entre os dois, dizendo que em Washington muitos afirmavam que alguém como ele não poderia se dar bem com alguém como Lula, mas que eles estavam ali para mostrar que essas pessoas estavam erradas.

Menos de sete anos depois, no primeiro encontro do presidente Lula com Barack Obama, talvez numa excessiva manifestação retórica de confiança, o Itamaraty procurou ressaltar a "afinidade intelectual" entre os dois presidentes. "Obama parece com a gente", comentou Lula.

A reunião de Washington foi certamente importante pelo seu simbolismo. Na prática, pouco vai mudar. O encontro foi o reconhecimento do novo protagonismo do Brasil - que se apresenta como um país com interesses globais - e mais um passo no sentido da gradual diferenciação do País no contexto sul-americano.

Esse tratamento diferenciado, ainda difuso na segunda metade dos anos 90 e nos primeiros anos deste século, e que se expressava pelo relacionamento pessoal dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton, começou a ganhar corpo na primeira visita oficial de Lula aos EUA, em junho de 2003. Nessa oportunidade, o Brasil recebeu tratamento concedido apenas à União Europeia, ao México e ao Canadá, com direito a um encontro presidencial privado e reunião ministerial ampliada com cerca de dez ministros de cada lado, concluída com a criação de mecanismos que institucionalizaram as relações bilaterais.

O reconhecimento da ascensão do Brasil no mundo é resultado da gradual projeção externa do Brasil e da relevância das posições brasileiras em temas de grande atualidade e prioridade na agenda global, como comércio, energia, meio ambiente e mudança de clima. A estabilidade da economia brasileira e o peso político do Brasil como potência regional, de crescente influência pelas posições moderadas que adota (comparadas com as da esquerda mais vocal da região), completam o pano de fundo que explica o tratamento que o Brasil passou a receber.

Na medida em que a participação brasileira se amplia e nossos interesses se tornam globais, as relações com os EUA vão se tornar cruciais para nossos interesses. Essa convergência será facilitada se preocupações político-ideológicas, que ainda perpassam algumas atitudes de nossa política externa, forem superadas, como fez publicamente o presidente Lula em seu encontro com Obama.

A percepção em Washington é de que o ex-líder sindical radical, como presidente, atua como uma liderança de esquerda democrática e moderada. Por outro lado, os interesses e os valores defendidos pelo Brasil são coincidentes com as prioridades da política externa dos EUA para a região: democracia, estabilidade política e econômica, combate ao tráfico de drogas e o livre comércio, entre outros.

Na entrevista coletiva, os dois presidentes trataram basicamente de temas globais, como a crise econômica global, a reunião do G-20 no início de abril, o protecionismo e as questões energéticas, mencionando apenas de passagem assuntos bilaterais. Foi interessante observar a coincidência de pontos de vista nesses temas. Resta saber se as burocracias dos dois países saberão interpretar adequadamente o que foi dito pelos presidentes (houve observações restritivas logo em seguida pelo lado brasileiro).

A agenda nas reuniões privadas incluiu, como de praxe, temas bilaterais, regionais/hemisféricos e globais. Dentre os temas bilaterais certamente estiveram presentes a queda nas trocas comerciais, as restrições ao etanol brasileiro, a cooperação em terceiros mercados, sobretudo no Haiti, em países africanos (energia e medicamentos) e o caso do garoto cujo pai americano reclama sua volta. Temas hemisféricos, como a Cúpula das Américas, em meados de abril, e regionais, como o relacionamento da Venezuela, da Bolívia e do Equador com os EUA, também devem ter sido tratados. A reintegração de Cuba ao sistema interamericano com a suspensão do embargo norte-americano ("tema inevitável") encontrou ouvidos pouco receptivos de Obama, que já flexibilizou restrições introduzidas por George W. Bush no tocante a visitas à ilha e à remessa de recursos financeiros a parentes que vivem em Cuba.

Quanto às negociações comerciais e ao protecionismo, foram claras as diferenças de posição. Enquanto Lula pedia a retomada dos entendimentos da Rodada Doha e criticava o protecionismo, simbolizado pelo Buy America e pelas restrições ao etanol, Obama reconhecia que, em meio a uma crise tão grave, será difícil avançar as negociações multilaterais de comércio e suspender as restrições ao produto brasileiro. A segurança energética do continente e as questões relacionadas com meio ambiente e mudança de clima foram abordadas de maneira não conflitiva, tendo em vistas as correções feitas no início do governo democrata.

Dois aspectos foram pouco notados na visita. Em primeiro lugar, o tom professoral na entrevista coletiva em que - colocando-se como porta-voz da região - Lula aproveitou para didaticamente ensinar a Obama que os EUA deveriam

olhar a América Latina com a "ótica certa", isto é, reconhecendo as mudanças políticas e sociais dos últimos anos e agir não como fiscais, impondo soluções, mas como parceiros. Em segundo lugar, Lula, falando para o público brasileiro, aproveitou para enfatizar a responsabilidade dos EUA pela crise econômica global, pela queda do crescimento da economia brasileira e pelo aumento do desemprego. Ao procurar distanciar seu governo dos resultados negativos, jogou a culpa nos EUA e cobrou de Obama resultados para superar o "pepino" que herdara de Bush.

Rubens Barbosa, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador do Brasil nos EUA

Mesmo com 100 taquígrafos, Senado terceiriza serviço (Estadão Online 08:13h) 24/03/09

AE - Agencia Estado

BRASÍLIA - Mesmo com quatro diretores no Setor de Taquigrafia e um contingente de 100 profissionais concursados, o Senado fechou um contrato no valor de R\$ 2,25 milhões por ano para custear os trabalhos de estenotipia (digitação informatizada) das reuniões promovidas pelas 11 comissões permanentes, as duas comissões parlamentares de inquérito em funcionamento e as comissões especiais e externas da Casa. O contrato com a Steno do Brasil Importação, Exportação, Comércio e Assessoria Ltda. foi firmado em janeiro de 2006 e tem término previsto em 1º de janeiro de 2010. São até R\$ 187.500,00 mensais gastos com funcionários terceirizados para registrar as declarações dos parlamentares, apesar de o Senado contar com 100 taquígrafos concursados em seus quadros.

“Nós prestamos serviço ao Senado. O áudio das sessões das comissões é gravado, eles mandam esse áudio para a gente pela internet e nós devolvemos a reunião degravada”, explicou Alexandre Almeida, responsável pelo escritório da Steno do Brasil, em Brasília. Segundo ele, o Senado paga por hora trabalhada, limitadas a 300 horas por mês, o que daria R\$ 187.500,00 mensais. “Mas nunca usaram todas 300 horas. O máximo que já usaram foi durante a CPI dos Correios quando foram pagas 190 horas. Ou seja, nunca recebemos esse valor por mês”, afirmou Almeida. Ele disse que, em janeiro, quando não há sessões de comissões, a Steno não recebe “um centavo sequer”. “Só recebemos quando trabalhamos.”

A Secretaria de Taquigrafia foi um dos alvos dos cortes de cargos de diretor feitos, na semana passada. Dos 181 diretores, 50 foram exonerados. Um deles foi Nina Lúcia de Lemos Torres, subsecretária de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões (SSAREC). Ela era responsável pela supervisão do trabalho de taquigrafia feito nas comissões. Trabalho que, na prática, é terceirizado. Além da diretora Denise Ortega de Baere, que comanda a Secretaria de Taquigrafia, o setor tem ainda outras três diretorias, todas encarregadas de cuidar da transcrição dos discursos e de tudo o que acontece no plenário. São as subsecretarias de Revisão Taquigráfica (SSRTAQ), de Registro Taquigráfico (SSRTPL) e de Supervisão Taquigráfica (SSSUPE). As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

EPE critica preferência por térmicas (Gazeta Mercantil) 24/03/09

Rio de Janeiro, 24 de Março de 2009 - O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim questionou ontem a preferência dos órgãos ambientais por usinas termelétricas em relação às hidrelétricas. Além de cobrar agilidade no licenciamento das usinas hidrelétricas, Tolmasquim disse que "acha estranha" a avaliação sobre as térmicas e afirmou que fica "indignado" com a opção por um modelo mais poluente que o outro.

"Para o País, o setor ambiental acha a térmica melhor. Acho estranha essa avaliação, mas os fatos mostram isso", afirmou durante seminário sobre o modelo energético brasileiro, realizado na capital fluminense.

Tolmasquim disse que, em 2008, apenas uma hidrelétrica com capacidade de gerar 350 megawatts recebeu licença prévia, enquanto 93 térmicas, capazes de fornecer 22 mil megawatts, obtiveram a mesma autorização.

"É estranho que, depois de assinalarmos o efeito disso (opção pelas térmicas), o quanto vai causar, em termos de aumento de emissão (gás carbônico), os ambientalistas fiquem surpresos e indignados", disse. "Indignado fico eu de ver esse absurdo, de não dar licença para hídricas e dar para térmicas. Ou seja, em nome do meio ambiente, nunca se fez tanto mal ao meio ambiente", protestou.

O presidente da EPE destacou a importância das térmicas para a matriz energética brasileira, mas explicou que, devido à combustão, elas emitem mais gases poluentes que as hidrelétricas, geradoras de eletricidade por meio do potencial

hidráulico dos rios.

Segundo Tolmasquim, uma das metas para 2009 é reverter a preferência dos órgãos ambientais pelas térmicas e aproveitar a capacidade hidrelétrica brasileira, que hoje está em um terço do total. Para isso, ele cobrou agilidade dos órgãos ambientais. "Esperamos uma reversão. Temos que acelerar o licenciamento de hidrelétricas, que estavam meio parados. Mas isso está ocorrendo e esperamos, este ano, leiloar a Usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), e outras usinas menores como as do Rio Parnaíba", acrescentou. O projeto de Belo Monte tem capacidade de gerar mais de 11 mil megawatts.

A EPE têm estudos de inventários sobre usinas hidrelétricas de quase 52 mil megawatts de energia para os próximos anos.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Agência Brasil)

Governo quer trocar óleo por gás em usinas do País (Gazeta Mercantil) 24/03/09

Rio de Janeiro, 24 de Março de 2009 - O governo vai propor que as usinas térmicas movidas a óleo combustível que já foram leiloadas, mas ainda não foram construídas, sejam convertidas para gás natural, afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.

Segundo Tolmasquim, há vários fatores que favorecem a conversão, como a menor emissão de gás carbônico, a sobreoferta de gás no País, o preço mais barato do combustível e a maior facilidade no transporte do gás.

Tolmasquim afirmou que a negociação com os empreendedores será feita diretamente e, em breve, a EPE vai lançar uma nota técnica com a proposta. "É uma relação ganha-ganha. Todos saem ganhando com a conversão", disse. "Já analisamos os contratos e parece que se pode fazer (a conversão). Queremos converter parte das térmicas a óleo", adicionou o executivo, ressaltando que a descoberta da região pré-sal vai aumentar a oferta do produto.

Demanda por energia

O presidente da EPE informou que ainda esta semana vai divulgar uma nova projeção para a demanda de energia no mercado brasileiro para os próximos 5 anos. A estimativa para este ano era de um crescimento de 5,2% ante 2008. Essa projeção foi feita antes do agravamento da crise no último trimestre do ano passado. "Com a crise, a revisão será para baixo com certeza", frisou ele.

Em fevereiro, o consumo de eletricidade no mercado nacional teve retração de 4,4% em comparação à demanda registrada no mesmo período do ano passado. No entanto, o executivo da EPE destacou que em 2009 fevereiro teve um dia a menos que em 2008. Ao se excluir essa diferença, a queda seria de 1%.

Tolmasquim ressaltou que a indústria já pode estar apresentando os primeiros sinais de recuperação na demanda de energia, após o forte baque provocado pela crise. "Fizemos um exercício e vimos que na média, o consumo da indústria em fevereiro é 0,6% acima de janeiro e, este ano, foi 3,7% acima", comparou.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Reuters)

Minc rejeita hidrelétrica do PAC no Rio Araguaia (Gazeta Mercantil) 24/03/09

Rio de Janeiro, 24 de Março de 2009 - O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que é contra a construção de usinas hidrelétricas no Rio Araguaia.

Segundo ele, o sistema de licenciamento de hidrelétricas vai mudar para o critério de bacias hidrográficas e isso poderá afetar, já na próxima reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), nesta quinta-feira, o processo de licenciamento das usinas previstas para serem construídas no Araguaia.

De acordo com Minc, as usinas que não forem recomendadas pelo conselho, presidido por ele, não serão sujeitas ao processo de licenciamento.

"Nós vamos mudar o sistema de licenciamento das hidrelétricas. Vamos começar a fazer por bacia hidrográfica. E a primeira que vai a voto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na quinta-feira, é a do Araguaia-Tocantins", afirmou Minc, em palestra para ambientalistas, a bordo de um navio da organização não-governamental Greenpeace, no Porto do Rio de Janeiro. "Algumas hidrelétricas que estavam previstas não vão ser levadas adiante, no Araguaia, por exemplo. A nossa idéia é manter o Araguaia livre de hidrelétricas", acrescentou o ministro.

Com o novo sistema, pelo menos três projetos de usinas ficam diretamente inviabilizados: a de Santa Isabel, que já foi licitada, e as de Torixoréu e Couto Magalhães, ainda em fase de estudos. "No Araguaia há muitas praias de rios, muitos peixes, muitas reservas ambientais. Eu pessoalmente acho que ela (a bacia) deve ser preservada", disse Minc.

Potencial do Araguaia

Segundo estimativa feita pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o potencial de geração hidrelétrica do rio é de 3,1 mil megawatts, cerca de 3% do total produzido atualmente no País.

A Hidrelétrica de Santa Isabel faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e já foi licitada, tendo como vencedor o consórcio Gesai, composto pelas empresas Vale, Camargo Corrêa, Billiton Metais, Alcoa Alumínio e Votorantim Cimentos. O investimento previsto é de R\$ 2 bilhões, com capacidade para gerar 1.087 megawatts de energia.

Solar e eólica

Minc também anunciou que todas as casas construídas como parte de projetos do PAC utilizarão painéis para aproveitamento da energia solar. Segundo o ministro, isso representará uma economia para o morador de até R\$ 400 por ano na conta de luz.

Outra fonte alternativa que receberá apoio do ministério é a eólica, com a determinação de que não haja mais índice mínimo de nacionalização para os equipamentos utilizados, como torres, pás e turbinas dos cata-ventos. "Vamos começar com (nacionalização) zero e ir crescendo, como todos os países que desenvolveram a eólica fizeram. Primeiro você cria o mercado e, segundo, vai aumentando progressivamente", disse Minc, referindo-se ao percentual de participação da indústria nacional na produção dos equipamentos geradores de energia a partir de fontes alternativas.

Concursos do Ibama

O ministro confirmou, ainda, que estão mantidos para este ano os concursos para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes (ICM), com a previsão de abertura de mil vagas, apesar do governo ter anunciado cortes no Orçamento, por causa da crise econômica. "Falei com o ministro Paulo Bernardo e ele disse que os mil nossos estavam garantidos, pois têm a ver com o plano climático [Plano Nacional de Mudanças Climáticas], um compromisso internacional do Brasil, e isso é intocável", disse.

Reforço na fiscalização

Minc ressaltou que é importante aumentar o número de fiscais para combater uma nova modalidade de desmatamento promovida por fazendeiros na Amazônia. Segundo o ministro, os fazendeiros não devastam grandes extensões de terra, mas arrasam a floresta em centenas de pequenas áreas, para dificultar a detecção por satélites e a atuação dos agentes do Ibama.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(agência brasil)

Secretária defende maior tarifa para água e mais investimento (Gazeta Mercantil) **24/03/09**

São Paulo, 24 de Março de 2009 - A secretária de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, Dilma Seli Pena, defendeu ontem o aumento na tarifa da água. "É preciso reajustar o preço da água para que seja resolvido o problema das perdas pelas companhias durante os processos de fornecimento e de desperdício pelos consumidores", disse a secretária, completando que o preço pago pelo insumo é irrisório.

A avaliação da secretária de Saneamento e Energia foi feita durante o seminário " Gestão Estratégica da Água", organizado pela Gazeta Mercantil, Conselho Regional de Química e empresa Edutech Ambiental e realizado na capital paulista.

"Reduzir as perdas exige investimentos por parte das empresas. Para isso é preciso reajustar tarifas de forma que possibilitem esses investimentos", disse Dilma.

Segundo a secretária, o valor pago pelo consumidor não incentiva cuidados com o desperdício. "Incorporamos normalmente gastos com comunicação, incorporamos muito bem e felizes o uso do celular, televisão a cabo, internet. Já quando há reajuste no preço da água é visto como um grande problema", compara. "Esta é uma questão delicada que deverá ser superada por meio do uso consciente da água", avaliou Dilma, completando que "equalizar o uso da água é uma questão de sobrevivência."

A secretária lembrou que o Brasil possui entre 12% e 14% das reservas hídricas do planeta, sendo que apenas 1,6% deste total encontra-se no Estado de São Paulo, e 70% deste número concentra-se na Amazônia. "Isso é preocupante. São Paulo possui 22% da população brasileira e é responsável por 1/3 do PIB (Produto Interno Bruto Brasileiro), devido ao alto número de indústrias na região. Nosso consumo é muito alto", alertou a secretária.

Em meio ao cenário de preocupação, o professor universitário e vice-presidente da Bacia do Rio Pardo, Paulo Finotti, destacou uma medida que deverá contribuir para o melhor uso da água, "pelo menos por parte das empresas". Segundo ele, a partir de janeiro de 2010, as companhias fornecedoras de água deverão pagar pela utilização dos recursos hídricos no Estado de São Paulo. A declaração também foi feita durante o seminário. Segundo o professor, a cobrança será feita sobre o volume de água perdida no processo de fornecimento e sobre o volume de água poluída lançada em esgoto. "As companhias serão impedidas de repassar aos consumidores os custos para o pagamento da taxa", destacou Finotti.

A tarifa será recolhida pelos Comitês de Bacia do Estado, que deverão utilizar o montante para investimentos em infraestrutura, buscando minimizar as perdas de água e tratamento de esgoto. "Essa cobrança é um instrumento de gestão, e não mais uma taxa", avaliou o professor.

Finotti destacou que as companhias que investirem na redução das perdas, tratamento de afluentes e reuso da água serão compensadas com a redução ou mesmo eliminação da cobrança.

Também durante o seminário, o presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Gesner Oliveira, destacou que algumas empresas já vêm se preocupando em reduzir perdas de água. "Nos últimos anos reduzimos nossas perdas de 32%, para 28%. A expectativa é reduzir este número para 24%, até 2010", afirmou Oliveira. A média nacional de perda de água das companhias fornecedoras é de 40%.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 5)(Carina Urbanin/InvestNews)

Lucro da Copel recua 2,5%, para R\$ 1,079 bi (Gazeta Mercantil) 24/03/09

Curitiba, 24 de Março de 2009 - Com o crescimento de alguns encargos da empresa indexados ao dólar valorizado a partir de setembro do ano passado, como a compra de energia produzida por Itaipu e as contas de suprimento de gás natural para distribuição pela Compagas, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) teve reduzido seu lucro líquido em 2,5% em 2008, para R\$ 1,079 bilhão, na comparação com o desempenho de 2007, de R\$ 1,107 bilhão.

No balanço divulgado no fim de semana, o resultado do quarto trimestre refletiu claramente esta posição: o lucro líquido ficou em R\$ 180 milhões, contra R\$ 312 milhões em 2007, uma queda de 42%. No item custos e despesas operacionais, com gastos de R\$ 3,982 bilhões, houve o acréscimo de 10,5% sobre 2007, por causa da "energia elétrica comprada para revenda", que cresceu 26,2%, segundo a empresa.

Para 2009, o presidente da estatal paranaense, Rubens Ghilardi, está prevendo que o consumo de energia deve crescer 3%, contra 6% em 2008, devido ao desaquecimento da economia. Mesmo assim, a empresa vai manter a previsão de R\$ 1,1 bilhão em investimentos para as áreas de distribuição, transmissão e aquisições no mercado - R\$ 774,7 milhões serão só para distribuição de energia elétrica. "A Copel tem R\$ 1,5 bilhão em caixa, quantia suficiente para bancar seu crescimento sem ter que recorrer a financiamentos e com isso vamos manter nossa rentabilidade", informou.

Em 2008, a Copel contabilizou crescimento de 4,9% na sua receita operacional líquida, que atingiu R\$ 5,459 bilhões, graças à expansão de 6% no consumo de eletricidade pelo mercado cativo da empresa, com 3,5 milhões de ligações

elétricas em todo o estado. A grande contribuição para este desempenho foi da indústria, que registrou aumento de consumo de 7,8%. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 15,5% e a capacidade de geração de caixa (Lajida, lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu R\$ 1,851 bilhão. O endividamento é um dos menores do setor elétrico brasileiro, com R\$ 1,864 bilhão e apenas 9% em moeda estrangeira.

O investimento da Copel em 2008 na ampliação e expansão do sistema elétrico e do seu sistema de telecomunicações em fibras ópticas alcançou R\$ 776 milhões, sendo 75% do total destinado ao segmento de distribuição, que absorveu R\$ 497,7 milhões. As áreas de geração e transmissão de energia elétrica receberam R\$ 93,1 milhões e de telecomunicações, R\$ 24,7 milhões.

A empresa também investiu R\$ 160,4 milhões em participação em outros empreendimentos: R\$ 110,2 milhões para ampliar de 15% para 45% sua parcela no capital da Dominó Holdings (que possui 35% do capital social da Sanepar), e R\$ 50,2 milhões no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - empresa formada em parceria com a Eletrosul para construir e operar a Usina Mauá, em obras no rio Tibagi. A Copel tem 51% de participação no empreendimento.

R\$ 180 milhões para Mauá

Do total de investimentos previstos para 2009, R\$ 180,3 milhões vai para usina de Mauá, de 361 megawatts (MW), parceria entre a Copel (51%) e a Eletrosul (49%), e principal projeto da estatal em andamento. A usina de Mauá faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aguarda a liberação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - 70% do custo da obra.

Neste início de ano, Ghilardi aponta bons resultados apesar do menor ritmo da economia. "Nos dois primeiros meses do ano tivemos crescimento sobre 2208. Papel, siderurgia e produção de veículos colocaram o pé no freio, mas o consumo de energia da agroindústria, do comércio e residencial continua normal", afirmou o executivo.

A empresa pretende disputar novos leilões de transmissão e geração como o da linha de Itaipu para o Sul do País (entre Foz do Iguaçu e Cascavel) e operação de novas usinas - Salto Grande (52 MW), no rio Chopim, e Telêmaco Borba (112 MW), no Tibagi. Além disso, também vai participar dos leilões de energia eólica.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 5)(Norberto Staviski)

REGISTRO - R\$ 13 BILHÕES DO BNDES (Gazeta Mercantil) 24/03/09

24 de Março de 2009 - O BNDES vai desembolsar R\$ 13 bilhões para o setor elétrico este ano, 50% mais que o valor liberado em 2008, disse o chefe do departamento de infra-estrutura do banco, Nelson Siffert. "Setenta por cento desse valor deverá ir para a área de geração hidrelétrica", afirmou. Em 2008, o setor elétrico recebeu cerca de R\$ 8,5 bilhões do BNDES. A maioria dos recursos em 2009 deve ir para projetos como o complexo do rio Madeira, em Rondônia; usina hidrelétrica de Estreito, em São Paulo; e usina hidrelétrica Foz do Chapecó, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 5)

Greve paralisa produção na P-34, unidade do pré-sal (Gazeta Mercantil) 24/03/09

Rio de Janeiro, 24 de Março de 2009 - A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou que a greve iniciada entre a noite de domingo e a manhã de ontem conseguiu parar a produção da plataforma P-34, no campo de Jubarte, na bacia de Campos, maior região petrolífera brasileira, e atividades em terminais espalhados pelo País. "Parou a produção da P-34, que é uma plataforma emblemática por ser a primeira do pré-sal", afirmou o coordenador da FUP, João Antonio Moraes.

A categoria reivindica maior segurança no trabalho e garantia de emprego nas empresas que prestam serviços à Petrobras, além de melhor distribuição na participação nos lucros e resultados da companhia.

"A adesão está muito forte, paramos a P-34 e os terminais de Suape em Pernambuco, o terminal de Solimões no Amazonas e o terminal Guarulhos, na Grande São Paulo", disse Moraes. Ele disse, no entanto, que a parada de plataformas e dos terminais não afetará o abastecimento do País. "Vamos garantir o atendimento das necessidades fundamentais da população", afirmou.

Em comunicado enviado na tarde de ontem, a Petrobras informou que acionou o plano de contingência em algumas das suas unidades para garantir a normalidade da produção e do abastecimento. Segundo nota, "todas as unidades da companhia funcionam normalmente, a produção e segurança das operações e dos empregados não foram afetadas pelo movimento." A produção na P-34 foi retomada com o plano de contingência de estatal.

A Petrobras disse ainda que está aberta a negociações, mas que todas as medidas serão tomadas para garantir a normalidade das operações da empresa.

A P-34 foi a primeira plataforma a produzir petróleo na camada pré-sal, uma faixa que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina e que pode conter reservas de bilhões de barris de óleo equivalente (petróleo e gás natural) e colocar o Brasil entre os grandes produtores da commodity nos próximos anos. Segundo Moraes, a adesão à greve foi nacional e ao longo do dia de ontem outras paradas de plataformas iriam ocorrer. Refinarias e terminais pelo País todo também aderiram ao movimento, segundo Moraes.

A P-34 tem capacidade de produção de 60 mil barris de petróleo por dia. No início do ano, uma falha na válvula de bloqueio da plataforma matou um funcionário terceirizado da Petrobras, da UTC Engenharia. Em outubro de 2002, depois de uma pane elétrica, a P-34 chegou a correr risco de afundar, adernando 40 graus em meia hora, mas foi estabilizada em poucos dias.

No ano passado, a categoria de petroleiros conseguiu reduzir em julho a produção da estatal em 136 mil barris diários, mas um plano de contingência foi instalado pela Petrobras e normalizou as atividades no mesmo dia. Para o analista do BB Investimentos Nelson Matos, a greve não vai afetar o comportamento das ações da companhia se o plano de contingência for novamente bem-sucedido.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Reuters)

Mercado vê economia estagnada em 2009, segundo boletim do BC (Gazeta Mercantil) 24/03/09

Brasília, 24 de Março de 2009 - O mercado traçou o pior cenário até agora para o comportamento da economia brasileira em 2009. As estimativas dos cerca de cem agentes consultados pelo Banco Central apontam para a estagnação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) com alta de apenas 0,01% no ano e retração da produção industrial de 2% neste ano.

As novas projeções do boletim Focus foram divulgadas ontem, resultado de dados coletados até a última sexta-feira, 20 de março. Uma semana antes, o mercado apostava em crescimento do PIB em 0,59% e retração da produção industrial de 1,59%. Os números mostram clara aposta na deterioração das condições da economia brasileira em resposta aos efeitos da crise financeira mundial, uma vez que no começo de 2009 vigorava estimativa de crescimento do PIB em cerca de 2% e alta de 2,5% na produção industrial.

Na semana passada, o governo reduziu a projeção de crescimento da economia de 3,5% para 2%. Parte do mercado, no entanto, já prevê uma retração do PIB neste ano. No início da última semana, o banco de investimentos Morgan Stanley informou, em relatório, que espera uma queda de 4,5% para a economia brasileira, ante estimativa anterior de crescimento zero.

De acordo com o boletim do BC, piorou também a previsão relativa à evolução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a qual deverá abocanhar o equivalente a 36,5% do PIB ao final do ano. Uma semana antes, o mercado acreditava que a DLSP chegaria a 36,4% do PIB. Paralelamente, aumentou o número projetado para o déficit em conta corrente, o qual é estimado em US\$ 24,7 bilhões, frente US\$ 24,5 bilhões da aposta da semana anterior. Foi mantida em US\$ 22 bilhões a projeção de chegada de recursos para Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e estável em US\$ 13,02 bilhões o valor projetado para o saldo da balança comercial (na semana anterior a previsão era por um superávit de US\$ 13 bilhões).

A retração da economia deve ocorrer a despeito da redução da taxa básica de juros, pois a pesquisa de expectativa mostra que o mercado aposta em taxa Selic de 9,25% ao ano no final de 2009. Seria o mais baixo patamar da taxa básica de juros desde sua criação, em 1999. Na pesquisa anterior, as projeções indicavam para Selic de 9,75% no final do ano. Atualmente, a taxa é de 11,25%, depois da retração adotada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no início de março. Até o mês passado, a Selic era de 12,75% ao ano.

Inflação em queda

Não há risco de impactos na inflação, indicam os agentes de mercado consultados pelo BC. Há previsões de queda dos percentuais de todos os indicadores. Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vigora estimativa de alta de 4,42% no ano, abaixo, portanto, do centro da meta estabelecida pelo governo, de 4,5%. Na semana anterior, o mercado apostava em IPCA de 4,52% em 2009.

Para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), a nova projeção aponta para variação de 3,18% no ano, frente 3,69%, na semana anterior. Para o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), a nova estimativa é de que haverá oscilação de 3,17% este ano, frente aposta de alta de 3,45%, na semana passada. E para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), a elevação prevista é de 4,3%, frente 4,35%, na pesquisa anterior. Foi reduzida também de 4,68% para 4,6% a projeção de alta dos preços administrados.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 4)(Ayr Aliski)

A área de TI vem apoiando o setor elétrico em meio à crise (Gazeta Mercantil) 24/03/09

24 de Março de 2009 - "Para onde exatamente esta crise está caminhando?" Assim como aconteceu comigo, esta pergunta deve ter passado pela cabeça de muitos executivos. Especulação, apreensão e até certo pânico são palavras que, com toda certeza, podem traduzir um pouco do sentimento vivenciado nos últimos meses. Uma coisa é certa: a crise é real, está aí e todos os países sentirão seus efeitos. Talvez uns mais e outros menos, mas são em momentos como este que vale realmente a pena lembrar aquela velha e conhecida máxima de que "em momentos de crise se pode enxergar boas oportunidades de negócio".

Vou me valer do que disse o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em um evento em São Paulo, no momento em que a crise estourou: "O momento é de serenidade e atenção. Não há razão para pânico, mas para ação e trabalho". Apesar da volatilidade dos mercados, a economia brasileira tem dado diversas provas de sua robustez e amadurecimento. Dados do próprio BC mostram que o crescimento do Brasil em 2009 ainda deve ficar acima da média mundial com chances de que o PIB supere a marca dos 2% projetados por muitos analistas financeiros.

Mas, retomando a questão das oportunidades, vou me focar no setor de infraestrutura, especialmente o segmento de energia elétrica. Ora, a energia é um bem de primeira necessidade e, em tempos mais competitivos, o investimento em infraestrutura básica é fundamental, uma vez que as empresas não querem e nem podem correr o risco de perder clientes e credibilidade, deixando cair a qualidade nos serviços e no atendimento ao público. O segmento precisa aprimorar suas ofertas, personalizar suas soluções e estar mais próximo de seus clientes. E um dos caminhos mais eficazes para isso é investir em tecnologia da informação (TI), aperfeiçoando, por exemplo, os processos de gestão do negócio, técnica e atendimento aos consumidores, com objetivo de assegurar a qualidade e garantir a satisfação dos cidadãos.

Por conta do marco regulatório, as organizações do setor vivem uma situação muito mais confortável do que a enfrentada entre os anos de 1999 e 2001, quando a crise cambial e, na sequência o racionamento, impactaram diretamente no fluxo financeiro das geradoras, distribuidoras e concessionárias de energia. Hoje, as empresas inseridas neste segmento exibem poucas dívidas atreladas a moedas estrangeiras; estão mais capitalizadas e, conseqüentemente, com operações mais robustas.

É fato que a crise energética deixou lições e mudou padrões de comportamento. As concessionárias de energia, consideradas "conservadoras" em relação aos investimentos em tecnologia, mudaram de postura e, a fim de garantir eficiência às operações e a adequação às normas impostas pelos órgãos reguladores, passaram a enxergar a TI como aliada.

O que se viu no pós-apagão foi o aumento dos investimentos em TI por parte das distribuidoras de energia, que precisavam tornar suas operações mais eficientes e adequarem seus processos a uma série de normas impostas pelos órgãos reguladores a fim de evitar a punição com multas pesadas.

Mais de R\$ 100 milhões foi o montante aproximado que distribuidoras de energia investiram na troca de seus sistemas de gestão comercial entre os anos de 2005 e 2006. Sistemas robustos que suportem o crescimento de suas bases de clientes, que possam ser facilmente adaptados com as urgências do setor, que possibilitem a integração com canais de comunicação diversificados para suportar a demanda por atendimento ao cliente.

Aqui fica a prova de que os mais altos executivos sabem que o bom uso de TI pode ser de grande valia para se antecipar a problemas futuros. O mercado hoje oferece soluções específicas para cada necessidade das corporações de energia, seja do ponto de vista de redução de perdas, otimização de processos e do trabalho das equipes de campo ou gestão corporativa. A tecnologia é mais que necessária: é fundamental para que períodos turbulentos como esse possam ser atravessados com segurança, sem grandes impactos à operação, aos consumidores e à imagem das empresas. Portanto, mesmo que o crescimento previsto para o ano seja um pouco mais baixo que o esperado, o investimento na infraestrutura continuará sendo básico para que o Brasil cresça.

kicker: Investimentos cresceram em tecnologia no período pós-apagão

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 3) MICHAEL WIMERT* - Presidente da Elucid)

A crise e o aumento da importância do Brasil (Gazeta Mercantil) 24/03/09

24 de Março de 2009 - A chamada Grande Depressão é o melhor exemplo - e, por sorte, quase o único - da natureza catastrófica de uma espiral depressiva. Durante quatro anos, as autoridades norte-americanas assistiram impotentes à queda do Produto Interno Bruto (PIB) e ao aumento do desemprego.

Os efeitos da Grande Depressão deixaram marcas em toda uma geração. Na Europa, puseram em risco a sobrevivência da economia de mercado. Estudos posteriores mostraram que a gravidade da depressão foi resultado, em parte, de uma política econômica equivocada: as autoridades não quiseram desviar-se de uma ortodoxia que se aplicava mal às circunstâncias.

Por dois motivos. Considerando o grande desastre que foi a depressão e reconhecendo que uma política mais acertada poderia ter suavizado seus efeitos, as autoridades dos países industrializados estão dirigindo seus esforços a evitar que a recessão passe à depressão. Como será possível conseguir esse resultado?

Para fazer com que a máquina comece a girar no sentido contrário, o primeiro objetivo da política econômica é tornar possível o retorno do mercado interbancário à normalidade. Isso é tarefa, em primeiro lugar, da política monetária, que já vem facilitando liquidez aos bancos.

Em segundo lugar, os governos têm buscado, em duas fases, a normalização do mercado, oferecendo, primeiro, garantias para que as entidades bancárias recuperem seus empréstimos. Em segundo lugar, fornecendo capital às entidades bancárias. Talvez, se não houver outro remédio, isso pode ser feito em troca de ações, ou seja, transformando-se o governo, mesmo temporariamente, em acionista.

Como a incerteza no mercado interbancário durou muito tempo, a economia real já se ressentiu e a demanda privada se reduziu mais que o esperado.

O segundo objetivo da política econômica deverá ser o de reanimá-la por meio de políticas fiscais, como redução de impostos em alguns casos - nos setores de renda mais baixa, que deverão consumir as bonificações - e aumento de gastos em outros casos, por exemplo, em obras públicas. As políticas relativas ao emprego são especialmente importantes nessas circunstâncias.

Em alguns casos, como o da Espanha, não seria realista tentar limitar a destruição de empregos. Nos últimos anos, um de cada três novos postos de trabalho na Zona do Euro foi criado na Espanha. É evidente que não se trata de um nível sustentável.

Seria bom, assim, reorientar as políticas ativas de emprego, condicionando o recebimento de subvenções à realização de cursos destinados a recolocar os afastados em uma nova conjuntura, não necessariamente em suas antigas profissões.

Não é possível demonstrar que uma combinação dessas medidas conseguirá deter uma espiral descendente, embora isso seja o mais provável. Mas não há dúvida de que, durante algum tempo, a situação estará vulnerável a qualquer perturbação.

Tudo indica que o mercado interbancário voltará a se normalizar dentro de algum tempo, embora em um prazo mais longo do que se imaginava no início da crise. Quando isso ocorrer, estaremos em um mundo com grande risco de inflação, pois os bancos centrais continuarão por mais algum tempo injetando liquidez no sistema, e com grandes déficits públicos, pois os governos estão se endividando para sustentar uma política fiscal de expansão.

É possível que venhamos a ver outras mudanças. Por exemplo, os países adotarão normas para regular o comportamento do setor financeiro, incluindo novas exigências com relação a capital, operações e normas contábeis.

Se os países não chegarem a um acordo sobre a adoção de pautas comuns, é provável que surjam limites à liberdade do movimento de capitais, para evitar que os recursos tomem o rumo de mercados mais permissivos.

É possível, embora não desejável, que, se a recessão se prolongar, alguns países tentem proteger suas economias isolando-as do exterior. Mas é claro que uma crise deste tamanho mudará muitas coisas, algumas das quais nem suspeitamos por enquanto.

Quando essa crise terminar, a divisão dos papéis no cenário mundial terá variado. A supremacia isolada dos Estados Unidos, não discutida durante meio século, terá dado lugar a um quarteto, talvez um quinteto: China, Brasil, Rússia e talvez a Índia terão subido ao palco.

A Europa continuará a fazer barulho nos bastidores, até o ponto de descer à plateia para unir-se ao resto do público.

Colaborou: José Manuel Campa, também professor do Iese

kicker: O País pode ser parte do quinteto com um papel preponderante no cenário mundial

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 3) ALFREDO PASTOR* (Colaborou: José Manuel Campa, também professor do Iese - Professor de Gestão Financeira e Economia da Iese Business School)

Governo faz acordo para manter fator previdenciário (Valor Econômico) 24/03/09

Arnaldo Galvão, de Brasília

O ministro da Previdência, José Pimentel, confirma que o governo concorda com a fórmula intermediária proposta pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS), na Câmara, para que não seja obrigado a vetar o projeto que acaba com o fator previdenciário, já aprovado pelo Senado. A solução é a fórmula chamada 85/95 e significa que, para as mulheres, a aposentadoria será concedida com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade. Para os homens, serão exigidos 35 anos de contribuição e 60 anos de idade. O fator previdenciário - criado para desestimular aposentadorias precoces - continuaria a valer para quem quer se aposentar antes e receber menos que o benefício integral.

Segundo Pimentel, a proposta defendida pelo deputado Vargas é "perfeitamente absorvível" até 2015, mas ainda estão sendo feitos os cálculos do efeito fiscal da mudança. Na quinta-feira, será realizada audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara para debater com representantes de entidades empresariais as mudanças nas regras da aposentadoria aprovadas no Senado por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS). Depois, será a vez das centrais sindicais darem sua visão, em 31 de março. Em 2 de abril, os deputados vão ouvir os técnicos e acadêmicos e Pimentel será o convidado em 7 de abril.

O ministro da Previdência não poupa críticas ao projeto de Paim que foi aprovado por unanimidade no Senado. Na sua visão, ele é incompatível com qualquer sistema previdenciário do mundo e terá de ser vetado se passar também pela Câmara. No conteúdo, Pimentel qualifica a proposta de Paim como "inaceitável" porque vai exigir mais carga tributária da sociedade para financiar o subsídio às aposentadorias que estaria sendo ampliado.

Dois pontos do projeto Paim são especialmente criticados por Pimentel. O primeiro é a média curta para o cálculo do benefício. Isso significa que uma pessoa poderia se aposentar com o teto (R\$ 3.218,90) contribuindo apenas nos últimos três anos com valores proporcionais a esse benefício. O fato de o projeto de Paim permitir que mulheres se aposentem com 46 anos e homens aos 51 anos é o segundo. Segundo a Previdência, o IBGE calcula que a expectativa de vida dos brasileiros é de 72 anos para os homens e 77 anos para as mulheres.

Pimentel também revelou que, em plena crise econômica e com o aumento do desemprego, o governo está ainda mais preocupado com os impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2007, que permitiu aos aposentados continuarem em seus empregos. Levantamento da Previdência com as 300 maiores empregadoras mostra que isso significou, de 2007 até dezembro de 2008, 76.225 vagas que não foram abertas no mercado de trabalho.

Entre as 12 maiores empregadoras estão os Correios - a que mais manteve aposentados, com 7.236 profissionais -, Caixa Econômica Federal (3.514), Banco do Brasil (2.458), Serpro (1.887), Sabesp (1.538), Itaú (1.366), Petrobras

(1.334), Furnas (1.067), Chesf (830), Cia Municipal de Limpeza Urbana de São Paulo (812), Mercedes Benz (791) e Volkswagen (720).

Areva investe na geração a partir da cana no Nordeste (Valor Econômico) 24/03/09

Carolina Mandl, do Recife

A francesa Areva reuniu um pacote de dez usinas de geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar no Nordeste. A empresa será minoritária em todos eles, que serão construídos em parceria com usineiros de Pernambuco e Alagoas. Cada unidade terá potência de 50 megawatts (MW) e o investimento total somará R\$ 1,2 bilhão.

O objetivo da Areva é fortalecer seus negócios de biomassa no Brasil, que começaram a partir da aquisição de 70% da pernambucana Koblitz no ano passado. Em 2008, a unidade brasileira teve um faturamento líquido de R\$ 270 milhões, mas a expectativa é chegar a 2012 com R\$ 1 bilhão em vendas.

"Calculamos que hoje menos de 5% da energia usada no mundo tenha origem em fontes renováveis, porém daqui a uma década alcançará 20%. É por isso que, apesar da crise, não vamos parar de investir", diz Anil Srivastava, presidente da unidade mundial de energias renováveis da Areva.

Se por um lado a turbulência econômica mundial não brecou a expansão da companhia, por outro ela teve de se adaptar à realidade atual. Segundo Srivastava, a Areva Koblitz decidiu tornar-se sócia das dez usinas para conseguir fechar a necessidade de capital, inclusive o financiamento de 75% do capital investido. A empresa conversou com diretores do BNDES e do BNB na região, que mostraram disposição em bancar os projetos.

A Areva pretende vender suas participações em cinco anos. Em outras condições da economia, ela forneceria a tecnologia para as usinas, sem se associar ao projeto.

O primeiro contrato de sociedade foi assinado sexta-feira com a usina Seresta, do governador alagoano Teotônio Vilela (PSDB), e outros serão firmados ao longo das próximas semanas com grupos como Petribu e JB. Cada projeto será encaminhado separadamente ao BNDES, com pedidos específicos de financiamento.

O projeto começou pelo Nordeste por causa de algumas características específicas da região. Uma delas é que a cana das plantações nordestinas tem menos açúcar e mais bagaço, o que eleva o potencial de geração de energia. "Além disso, o Nordeste carece de novas fontes geradoras de energia", diz Luiz Otávio Koblitz, presidente da Koblitz. Mas a ideia é expandir para o Sudeste.

O que tem atraído os produtores para a geração de energia, segundo Koblitz, é conseguir a partir da cana gerar energia para o funcionamento da própria usina, além de um excedente para a venda. Com isso, os usineiros podem ter uma nova fonte de receita.

Os planos da Areva para o Brasil, porém, não param na biomassa. "O território brasileiro é rico em todos os tipos de energia renovável: vento, água, biomassa e luz solar", diz Srivastava. A empresa está interessada em implantar grandes unidades para gerar energia a partir do sol, uma tarefa que caberá ao fundador da Koblitz. Também ficará a cargo dele exportar para a Índia a tecnologia das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). No Chile e Panamá, a Koblitz está colocando em operação algumas PCHs.

Em 2008, a Areva registrou no mundo faturamento de ? 13,2 bilhões, aumento de 10,4% em relação ao ano anterior. Hoje, cerca de 80% da receita da companhia vem da energia nuclear. O lucro líquido caiu de ? 743 milhões para ? 589 milhões por causa do pior resultado financeiro.

Consumo de energia industrial cresce 3,7% em fevereiro em relação a janeiro (Valor Econômico) 24/03/09

Do Rio

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, afirmou ontem que o consumo de energia industrial em fevereiro aumentou acima da média histórica quando comparado com janeiro.

Segundo ele, historicamente, o consumo pela indústria cresce 0,6% entre janeiro e fevereiro, enquanto neste ano a alta foi de 3,7%. "Foi melhor do que a gente esperava. Pode ter sido um movimento de recuperação de estoques, mas ainda é cedo para dizermos que é o início da recuperação do consumo pela indústria", disse Tolmasquim, que participou de seminário promovido pelo Grupo de Estudos de Energia Elétrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tolmasquim ponderou que mesmo com a queda de 4,4% no consumo de energia total em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2008, o resultado tem o impacto minimizado quando se leva em conta a existência de um dia a mais em fevereiro de 2008. Quando se retira esse dia da conta, a queda passa para apenas 1%.

Apesar do otimismo, Tolmasquim admitiu que a EPE deve divulgar em breve uma revisão, para baixo, da projeção de crescimento do consumo de energia neste ano, que está hoje em 5,2%.

Tolmasquim também questionou a preferência dos órgãos ambientais por usinas termelétricas em relação às hidrelétricas. Além de cobrar agilidade no licenciamento das usinas hidrelétricas, ele disse que "acha estranha" a avaliação sobre as térmicas e afirmou que fica "indignado" com a opção por um modelo mais poluente que o outro. "Para o país, o setor ambiental acha a térmica melhor. Acho estranha essa avaliação."

Tolmasquim disse que, em 2008, apenas uma hidrelétrica com capacidade de gerar 350 megawatts recebeu licença prévia enquanto 93 térmicas, capazes de fornecer 22 mil megawatts, obtiveram a mesma autorização.

"É estranho que, depois de assinalarmos o efeito disso, o quanto vai causar, em termos de aumento de emissão (gás carbônico), os ambientalistas fiquem surpresos e indignados", disse. "Indignado fico eu de ver esse absurdo, de não dar licença para hídricas e dar para térmicas. Ou seja, em nome do meio ambiente, nunca se fez tanto mal ao meio ambiente", protestou.

Segundo Tolmasquim, uma das metas para 2009 é reverter a preferência dos órgãos ambientais pelas térmicas e aproveitar a capacidade hidrelétrica brasileira, que hoje está em um terço do total. Para isso, cobrou agilidade dos órgãos. (Agências noticiosas)

Indústria quer pagar menos pelo gás (Valor Econômico) 24/03/09

Daniel Rittner, de Brasília

Lucien Belmonte, da Abividro: competitividade das empresas foi afetada
Indústrias de vários segmentos estão inconformadas com o preço do gás natural, que se descolou recentemente da cotação de outros derivados de petróleo, como o óleo combustível, e pediram intervenção do Ministério de Minas e Energia nas negociações com a Petrobras. Em fevereiro, o preço médio do gás estipulado pela estatal às distribuidoras alcançou US\$ 8,70 por milhão de BTU (unidade de referência).

Para a Abrace, associação que reúne os grandes consumidores livres de energia, o valor tornou-se abusivo diante da queda do petróleo. Segundo a entidade, o custo do gás no "henry hub" - entroncamento de gasodutos nos Estados Unidos que é a referência do setor - estava em US\$ 4,68 por milhão de BTU na média de fevereiro, quase metade da cotação brasileira. Enquanto isso, o óleo combustível nacional estava sendo vendido pela Petrobras a US\$ 6,72 por milhão de BTU - ou 29% menos que o preço do gás.

Representantes de grandes indústrias têm dito, nos bastidores, que há disposição de denunciar a Petrobras à Secretaria de Direito Econômico (SDE) por abuso de poder econômico. Duas cartas com pedido de audiência foram enviadas ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sem que tenha havido resposta. Sete entidades assinaram os documentos: Abrace, Abiape (autoprodutores de energia), Abegás (distribuidoras de gás), Abiquim (indústria química), Abividro (indústria de vidro), Abar (agências reguladoras estaduais) e o fórum dos secretários estaduais de Energia).

Na primeira carta, encaminhada em 16 de dezembro, as associações elogiam ações tomadas pelo governo para cobrar a crise, mas ponderam: "A escalada de aumentos no preço de custo do gás natural vem confrontar-se diretamente com essa posição". Indispostas com a Petrobras, elas dizem que é "relevante e imprescindível a presença do ministério na condução" das negociações.

Dois meses depois, no fim de fevereiro, reforçam o pedido em uma segunda carta e falam da "urgência" para resolver a situação. Afirmam que o preço do gás "mostra-se distorcido em relação ao dos demais combustíveis industriais". Para as entidades, o tombo nas estatísticas de dezembro referentes ao consumo de gás reflete não apenas a retração da demanda por produtos industriais, mas também o alto valor do combustível. "Precisamos alinhar, de forma estruturada, os preços do gás natural às necessidades de manter aquecido o mercado interno brasileiro."

As indústrias queriam aproveitar a regulamentação da Lei do Gás, sancionada neste mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para abrir discussões sobre a política de preços. Mas o ministro Lobão entende que as negociações devem ser feitas diretamente com a Petrobras e não vê com entusiasmo a participação do governo.

"Não vejo nada de mau em haver uma discussão entre os grandes consumidores e a Petrobras, mas isso eles podem fazer diretamente com a Petrobras, que nunca se furtou ao debate", afirmou Lobão ao Valor. Segundo ele, o ministério pode até entrar "supletivamente" para organizar a discussão, mas sem tomar decisões. "Não sou a favor de que a Petrobras tenha lucros exorbitantes com isso, mas ela também não pode sofrer prejuízos", acrescentou. Procurada por meio da assessoria de imprensa, a estatal não quis fazer comentários.

Fontes da indústria garantem que pelo menos uma grande fábrica de papel e celulose na região metropolitana de São Paulo trocou o combustível - de gás para óleo - usado em suas caldeiras. Uma indústria associada à Abividro, de acordo com a própria entidade, com contrato de suprimento de 4 milhões de m³ de gás por mês, está pagando US\$ 11,2 por milhão de BTU no Brasil. A mesma empresa paga US\$ 4,2 em sua filial na Colômbia, US\$ 3,8 no Peru e US\$ 0,90 na Venezuela, afirma a Abividro.

Para o superintendente da associação, Lucien Belmonte, isso se traduz em perda de competitividade das exportações. Tanto que as vendas externas, antes responsáveis por 20% do faturamento do segmento, representaram apenas 10% da receita total em 2008. "A Petrobras está matando seus clientes", reclama Belmonte. Ele fala como representante de um setor com dificuldades para fazer conversão de gás para óleo. Em São Paulo, por exemplo, boa parte das fábricas está no perímetro urbano e enfrenta restrições ambientais para utilizar o óleo como alternativa.

O presidente da Abrace, Ricardo Lima, critica a suposta falta de transparência da Petrobras e diz que ela usa uma posição de virtual monopólio para cobrar valores muito altos. "Só temos um fornecedor no país e é ele quem dita os preços", protesta. Uma das principais queixas é sobre a parcela cobrada dos consumidores de gás para financiar a expansão da infraestrutura de dutos da estatal. "Era preciso ter, especialmente neste momento de crise, uma política clara para os preços do gás. Infelizmente, a política da Petrobras não é transparente."

Bolívia pede transparência da Petrobras (Valor Econômico) 24/03/09

FolhaNews, de São Paulo

O presidente da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), Carlos Villegas, virá ao Brasil pedir "transparência" na definição dos volumes de gás que o país importará a partir de maio, informou ontem a imprensa boliviana. Villegas confirmou sua viagem para as "próximas semanas" para se reunir com responsáveis da Petrobras e disse que já pediu à empresa brasileira que confirme a quantidade de gás boliviano que comprará a partir de maio.

"Quero que que nos digam quanto (gás) comprarão a partir de maio, com total transparência", pediu Villegas. Na semana passada, ele afirmou que o Brasil não cumpria os volumes de gás comprometidos, pois estaria comprando 20 milhões de metros cúbicos diários, o que a Petrobras negou.

Segundo a empresa, não se deixou de comprar o mínimo mensal fixado em 19,25 milhões de metros cúbicos diários de média, nem o anual de 24,06 milhões de metros cúbicos diários. No entanto, a YPFB toma como referência um acordo entre representantes dos governos dos dois países em janeiro, pelo qual o Brasil se comprometeu a importar 24 milhões de metros cúbicos diários. A Petrobras esclareceu que deve, "a partir das próximas semanas", consumir mais gás boliviano, até níveis "provavelmente superiores" a 24 milhões de metros cúbicos diários.

Financiamento de projetos de infraestrutura caiu em 2008, diz Anbid (Valor Online 18:21h) 23/03/09

Valor Online

SÃO PAULO - O mercado busca fontes alternativas para financiar um total de mais de R\$ 57 bilhões em projetos de concessões já licitadas no país em meio à maior crise de crédito da história. São R\$ 10 bilhões para projetos de linhas de transmissão, R\$ 20 bilhões para as duas grandes hidrelétricas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e outros R\$ 8,8 bilhões para estradas e o Rodoanel em São Paulo. Há mais de US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 18 bilhões) necessários para a construção de 12 navios-sonda de perfuração de petróleo e plataformas semissubmersíveis que serão alugadas pela Petrobras. Os números não incluem usinas de geração de energia térmica, pequenas centrais hidrelétricas e portos, segundo Cassio Schmitt, responsável pela área de "project finance" (financiamento de projetos) do Santander. O banco

de capital espanhol foi o grande destaque nesse mercado em 2008, ao ficar como primeiro colocado nos rankings da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) de assessor financeiro de financiamento (considerando-se também o ABN Amro, que se uniu com o Santander no ano passado) e de assessor financeiro de concessões. De acordo com a Anbid, o total de recursos investidos em projetos de infraestrutura no ano passado, em capital e dívida, caiu 38,9% em relação a 2007, para R\$ 9,921 bilhões. O setor de Energia ficou com 60,3% desse montante (R\$ 6 bilhões), puxado pelos projetos do rio Madeira. O ramo de Petróleo e Gás recebeu R\$ 1,4 bilhão, ou 13,7% do total, e o setor de Transporte e Logística ficou com 11,7%, ou R\$ 1,2 bilhão. Os maiores emprestadores entre os bancos foram o Unibanco, que entrou com R\$ 500 milhões, e o Itaú BBA, com R\$ 467 milhões. Os investimentos previstos em concessões passaram de R\$ 2,7 bilhões em 2007 para R\$ 29,77 bilhões em 2008 por causa das hidrelétricas do Madeira. (Cristiane Perini Lucchesi | Valor Econômico, e Valor Online)

Governo quer converter térmicas a óleo para gás (Estadão Online 20:21h) 23/03/09

RIO DE JANEIRO - O governo vai propor que as usinas térmicas movidas a óleo combustível que já foram leiloadas, mas ainda não foram construídas, sejam convertidas para gás natural, afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim.

Segundo ele, há vários fatores que favorecem a conversão, como a menor emissão de gás carbônico, a sobreoferta de gás no país, o preço mais barato do combustível e a maior facilidade no transporte do gás.

Tolmasquim afirmou que a negociação com os empreendedores será feita diretamente e, em breve, a EPE vai lançar uma nota técnica com a proposta.

"É uma relação ganha-ganha. Todos saem ganhando com a conversão", disse Tolmasquim a jornalistas após participar de um seminário do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

"Já analisamos os contratos e parece que se pode fazer (a conversão). Queremos converter parte das térmicas a óleo", adicionou o executivo, ressaltando que a descoberta da região pré-sal vai aumentar a oferta do produto no país. O presidente da EPE criticou a elevada concessão de licenças ambientais para usinas térmicas pelos órgãos de meio ambiente no ano passado, em detrimento às usinas hidrelétricas.

"Eu acho estranho que isso aconteça, e é a área ambiental que determina isso. Depois os ambientalistas ficam surpresos e indignados. Indignado fico eu com o absurdo de dar licença para térmica", declarou o executivo em palestra no evento.

Para Tolmasquim, as térmicas devem atuar como "uma energia de reserva" no Brasil.

"Elas não são desagradáveis, mas devemos ter mais hídricas no sistema...acho que o bom senso tem que preponderar no país", disse ele.

"É um 'non sense' se colocar térmicas do jeito que vem se colocando", acrescentou Tolmasquim, que espera uma reversão nessa tendência nos leilões de energia deste ano, com mais energia das usinas hidrelétricas e menos de térmicas.

Mais tarde, o presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Roberto Messias, considerou a declaração de Tolmasquim uma provocação. O Ibama é o organismo responsável pela concessão de licenças ambientais no país.

Segundo Messias, a maior agilidade na concessão de licenças para térmicas se deve à melhor qualidade dos estudos de impacto ambiental produzidos pelos empreendedores de termelétricas.

"A área de impacto de uma hidrelétrica é muito maior que a área de impacto de uma térmica, que também tem estudos de melhor qualidade", disse. "Já vi até estudo de impacto ambiental falando da existência de peixe-boi no sertão nordestino", exemplificou. A EPE prevê para outubro de 2009 a licitação da usina de Belo Monte, no Pará. O projeto tem capacidade de gerar mais de 11 mil megawatts.

A EPE e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) têm estudos de inventários sobre usinas hidrelétricas de quase 52 mil megawatts de energia para os próximos anos.

REVISÃO PARA BAIXO

O presidente da EPE informou que ainda essa semana vai divulgar uma nova projeção para a demanda de energia no país para os próximos 5 anos.

A estimativa para esse ano era de um crescimento de 5,2 por cento ante 2008. Essa projeção foi feita antes do agravamento da crise no último trimestre do ano passado.

"Com a crise, a revisão será para baixo com certeza", frisou ele.

Em fevereiro, o consumo de energia no Brasil caiu 4,4 por cento ante o mesmo mês do ano passado, mas o executivo destacou que em 2009 fevereiro teve um dia a menos que em 2008. Ao se excluir essa diferença, a queda seria de 1 por cento.

Tolmasquim ressaltou que a indústria já pode estar apresentando os primeiros sinais de recuperação na demanda de energia, após o forte baque provocado pela crise.

"Fizemos um exercício e vimos que na média, o consumo da indústria em fevereiro é 0,6 por cento acima de janeiro e, esse ano, foi 3,7 por cento acima", finalizou.

(Por Rodrigo Viga Gaier)

Greve faz Petrobras acionar plano de contingência (Estadão Online 19:46h) 23/03/09

DENISE LUNA - REUTERS

RIO DE JANEIRO - A greve dos petroleiros da Petrobras obrigou a estatal a acionar o seu plano de contingência para garantir a produção e o abastecimento de derivados de petróleo e gás natural no país, a exemplo do que ocorreu na greve do ano passado.

Iniciada na noite de domingo, a greve dos petroleiros tem previsão de durar cinco dias e objetivo de aumentar a participação dos funcionários nos lucros da companhia, além de evitar demissões nas empresas que prestam serviços à Petrobras, que estariam sendo afetadas pela crise financeira global.

No início da manhã, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a plataforma P-34, instalada no campo de Jubarte, na bacia de Campos, chegou a ter a produção de cerca de 60 mil barris diários paralisada.

"Parou a produção da P-34, que é uma plataforma emblemática por ser a primeira do pré-sal", afirmou o coordenador da FUP, João Antônio Moraes, à Reuters.

A P-34 extrai o primeiro óleo da região pré-sal do país, uma faixa de 800 quilômetros que vai do Espírito Santo a Santa Catarina e possui reservas gigantes de petróleo e gás que podem colocar o Brasil entre os principais produtores.

Segundo a Petrobras, a plataforma P-34 não ficou parada em nenhum momento e está operando normalmente. Mesmo assim, o plano de contingência foi acionado na unidade para substituir funcionários que aderiram ao movimento.

Outras unidades também foram afetadas, de acordo com a FUP, como terminais da empresa que bombeiam combustíveis para os clientes, campos produtores do Nordeste e refinarias.

"Os trabalhadores dos terminais de Solimões, no Amazonas, de Suape, em Pernambuco, de Cabiúnas, em Macaé, e de Guarulhos, em São Paulo, assumiram o controle operacional das unidades e estão controlando o bombeio. Nas plataformas do Rio Grande do Norte, os petroleiros também controlam 70 por cento da produção de petróleo e gás", afirmou a FUP em nota.

Segundo a FUP, os grevistas assumiram a operação dos terminais e controlavam o envio de combustível, inclusive para o Aeroporto Internacional de Guarulhos. A entidade afastou no entanto qualquer risco de falta de combustível para os aviões.

"Em Guarulhos estamos monitorando e tem estoque para abastecer os aviões por três dias", disse Moraes.

A Petrobras não confirmou todas as informações da entidade, mas disse que acionou o plano de contingência em algumas unidades, sem especificar quais.

"Todas as unidades da companhia funcionam normalmente, a produção e segurança das operações e dos empregados não foram afetadas pelo movimento", informou a Petrobras em nota.

Mais tarde, a Petrobras divulgou outro comunicado, com um balanço da greve.

A empresa informou que 12 das 40 plataformas da bacia de Campos aderiram ao movimento grevista, mas que não houve interrupção na produção em nenhuma delas, nem mesmo na P-34.

A Petrobras disse ainda que em 25 dos 47 terminais de bombeamento de combustível houve adesão à greve, mas que a produção foi escoada e entregue.

"Nas 11 refinarias a produção de derivados não foi afetada. Algumas delas aderiram parcialmente à greve e operam com equipes próprias ou com equipes de contingência. As quatro unidades industriais (incluindo a Unidade de Produção de Xisto, Fábricas de Fertilizantes e Lubrificantes) não tiveram sua produção afetada", informou a companhia.

AÇÕES NÃO SOFRERAM

A empresa se disse aberta a negociações com os grevistas mas afirmou que nenhuma reunião foi agendada.

A greve não afetou o desempenho das ações da Petrobras, que puderam aproveitar mais um dia de alta na cotação do preço do petróleo e o movimento geral positivo dos mercados. Os papéis preferenciais da companhia fecharam com forte alta de 6 por cento, enquanto o Ibovespa subiu 5,9 por cento.

Para a analista Mônica Araújo, da corretora Ativa, no momento a greve não está tendo um impacto, mas o quadro pode mudar.

"Tudo vai depender do tempo de duração da greve, por enquanto não preocupa, mas se demorar muito e atingir produção vai preocupar", disse à Reuters.

No ano passado os petroleiros realizaram greve de cinco dias em julho e conseguiram reduzir a produção em 136 mil barris no primeiro dia de greve. A empresa, a exemplo deste ano, implantou imediatamente um plano de contingência e normalizou a produção.

"A Petrobras este ano estava mais preparada para a greve, mas temos que esperar para ver o tempo que vai durar o movimento", avaliou Mônica. (Reportagem adicional de Marcelo Teixeira)

Desembolso do BNDES para setor elétrico deve crescer 50% em 2009 (Estadão Online 18:02h) 23/03/09

REUTERS

RIO DE JANEIRO - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deve desembolsar 13 bilhões de reais para o setor elétrico este ano, um aumento de mais de 50 por cento ante o volume liberado em 2008, de acordo com o chefe do departamento de infra-estrutura do banco, Nelson Siffert.

"Setenta por cento desse valor deverá ir para a área de geração hidrelétrica", disse a jornalistas após participar de um seminário do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

No ano passado, o setor elétrico recebeu cerca de 8,5 bilhões de reais do BNDES.

A maioria dos recursos do BNDES em 2009 deve ir para projetos como o complexo do rio Madeira, em Rondônia; usina hidrelétrica de Estreito, em São Paulo; e usina hidrelétrica Foz do Chapecó, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outros 6 bilhões em pedidos de financiamento estão em análise no banco, segundo Siffert.

"O setor tem visto desde 2006 a escalada dos recursos liberados pelo banco. Em 2006, foram 3 bilhões de reais, e em 2007, 6,2 bilhões de reais. Ao todo, entre 2003 e 2008, foram aprovados financiamentos de 45 bilhões de reais para 230 projetos do setor elétrico, que significam investimento de 78 bilhões de reais", disse o executivo do BNDES.

De acordo com cálculos de Siffert, o segmento de geração de energia teve 155 empreendimentos contemplados por financiamentos do banco.

A área de transmissão também deverá ter boa demanda este ano, explicou, com destaque para os projetos Tucuruí-Manaus-Macapá e rio Madeira.

Siffert destacou ainda que em meio à crise de crédito as empresas de transmissão buscaram o BNDES para obter empréstimos-ponete a fim de dar continuidade aos projetos.

"Já foram aprovados dois pedidos e outros quatro estão em análise. Um desses é um linhão Tucuruí-Manaus", informou o executivo sem revelar valores.

(Por Rodrigo Viga Gaier)

Jirau: Ibama desembarga obra e prevê LI para abril (CanalEnergia) 23/03/09

Roberto Messias Franco avalia que licença de Belo Monte pode ser concedida a tempo de leilão, em outubro, se estudos forem de qualidade

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis desembargou as obras da hidrelétrica de Jirau (RO, 3.300 MW) na semana passada. As obras da ensecadeira e do canteiro de obras da usina estavam impedidas depois de duas multas, devido ao desmate de área de preservação e de construção de ensecadeira na margem direita do Rio Madeira. Segundo Roberto Messias Franco, presidente do Ibama, os técnicos no momento estão analisando o recurso das multas apresentado pela Energia Sustentável do Brasil.

A usina foi multada em fevereiro passado em R\$ 1,425 milhão pela seção de Rondônia do órgão ambiental e a empresa recorreu administrativamente contra a punição na sede, em Brasília. Outra boa notícia para a empresa é a confirmação pelo presidente do Ibama de que a licença de instalação definitiva para o empreendimento deve sair em abril.

Já em relação ao projeto de Belo Monte (PA, 11.181 MW), Franco disse que a data estipulada para o leilão, em outubro, poderá ser cumprida. Mas para isso, segundo ele, os prazos de licenciamento serão atendidos caso não seja necessária a requisição de novas informações. "Estamos analisando o estudo. Se tiver bem-feito, será aprovado", disse o presidente

do Ibama, que participou do "Seminário 5 Anos do Novo Modelo – Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica", realizado nesta segunda-feira, 23 de março, no Rio de Janeiro.

Franco afirmou ainda que os prazos de licenciamento do Ibama já se reduziram sensivelmente em relação aos mil dias contados em estudo do Banco Mundial para aprovação de projetos de hidrelétricas. Atualmente, o prazo para licença prévia é de 180 dias. Já para a licença de instalação é de 75 dias e a licença de operação está sendo concedida num período de até 45 dias, a partir da requisição pelo empreendedor.

O executivo frisou ainda que os estudos de impacto ambiental precisam que ter qualidade para que os prazos sejam cumpridos. Ele disse ainda que já foram apresentados ao Ibama estudos de péssima qualidade e devolvidos aos empreendedores. "Não é justo, nesse caso, continuar contando prazos", constatou Franco. Como exemplo, ele citou estudo que apresentava peixe-boi marinho como animal da caatinga. "Tinha que ser devolvido", finalizou.

Eletrobrás/Procel e UFRGS inauguram Laboratório de Conforto Ambiental (CanalEnergia) 23/03/09

LabCon busca diminuir consumo de energia de edifícios, promover pesquisas científicas e prestar consultoria aos profissionais e empresas

Da Agência CanalEnergia, PeD

A Eletrobrás/Procel e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul inauguram, no próximo dia 24, o Laboratório de Conforto Ambiental. O LabCon, como é conhecido, se dedica ao estudo do conforto nos edifícios visando a diminuir o consumo de energia, promover experimentação e pesquisas científicas, oferecer suporte em trabalhos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado e prestar consultoria aos profissionais e empresas.

Segundo a Eletrobrás, foram investidos R\$ 139 mil do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico na compra de equipamentos e em bolsas de graduação e mestrado para estudos nas áreas de acústica, iluminação, térmica e ventilação. A aplicação, ainda de acordo com a companhia, vai possibilitar ao LabCon a intensificação de pesquisas voltadas à melhoria da qualidade na indústria da construção civil, com o desenvolvimento de materiais, sistemas construtivos e edificações mais eficientes quanto ao uso da energia.

Carlos Minc diz que pode vetar hidrelétricas na bacia do Rio Araguaia (CanalEnergia) 23/03/09

Usinas que não receberem recomendação do CNRH não serão construídas, segundo ministro. Entre empreendimentos previstos está Santa Isabel

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ser contra a construção de hidrelétricas no Rio Araguaia. Para ele, a bacia deve ser preservada pelo fato de existirem muitos rios, além de diversas espécies de peixes e reservas ambientais. Minc contou que o sistema de licenciamento vai mudar para o critério de bacias hidrográficas, o que poderá afetar o processo de licenciamento das usinas previstas para serem construídas no rio, já a partir da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), na quinta-feira, 26 de março.

O ministro, que participou de seminário nesta segunda-feira, 23, no Rio de Janeiro, explicou que as usinas que não forem recomendadas pelo conselho, presidido por Minc, não serão sujeitas ao processo de licenciamento. "Algumas hidrelétricas que estavam previstas, não vão ser levadas adiante, no Araguaia, por exemplo. A nossa idéia é manter o Araguaia livre de hidrelétricas", afirmou Minc no evento, promovido pelo Greenpeace.

Entre os projetos de usinas que devem ser inviabilizados estão: Santa Isabel (TO/PA, 1.087 MW), que já foi licitada, e as usinas de Torixoréu e Couto Magalhães, ainda em fase de estudos. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, o potencial de geração hidrelétrica do rio é de 3,1 mil MW. Integrante do Programa de Aceleração do Crescimento e já licitada, a UHE Santa Isabel teve como vencedor o consórcio Gesai, composto pelas empresas Vale, Camargo Corrêa, Billiton Metais, Alcoa Alumínio e Votorantim Cimentos. O empreendimento tem investimento da ordem de R\$ 2 bilhões.

Alternativas - Minc anunciou ainda que todas as casas construídas como parte de projetos do PAC utilizarão painéis para aproveitamento da energia solar. A medida, segundo ele, representará uma economia de até R\$ 400 por ano na

conta de luz por morador. O MMA também pretende apoiar a energia eólica, com a determinação de que não haja mais índice mínimo de nacionalização para os equipamentos utilizados, como torres, pás e turbinas dos cata-ventos. Com informações da Agência Brasil.

Energias do Brasil ON fecha em alta de 7,60% (CanalEnergia) 23/03/09

Equatorial ON termina em queda de 2,90%. IEE alcança os 16.543 pontos, com alta de 1,68%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Energias do Brasil ON fechou em alta de 7,60% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Nesta segunda-feira, 23 de março, o setor elétrico registrou outros resultados positivos com a Cemig PN (4,68%) e a Transmissão Paulista PN (4,28%). A Equatorial ON terminou em queda de 2,90%, acompanhada pela MPX Energia ON (-0,52%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 16.543 pontos, com alta de 1,68%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 42.438 pontos, com alta de 5,89%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,07%
AES Tietê PN: 1,71%
Celesc PNB: 1,80%
Cemig PN: 4,68%
Cesp PNB: 2,99%
Coelce PNA: 1,88%
Copel PNB: 0,95%
CPFL Energia ON: 3,80%
Eletrobrás PNB: 1,11%
Energias do Brasil ON: 7,60%
Equatorial ON: -2,90%
Light ON: -0,31%
MPX Energia ON: -0,52%
Tractebel ON: -0,28%
Terna Part UNT: 2,27%
Transmissão Paulista PN: 4,28%

Assimetria tarifária não tem convergência para possíveis soluções (CanalEnergia) 23/03/09

Agentes sugerem fim de novos fundos setoriais, avaliação de impacto de impostos em empresa de referência, reorganização e equilíbrio econômico-social em áreas de concessão

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Consumidor

As tarifas de energia elétrica brasileira variam de acordo com a área de concessão. Mas esse modelo tem gerado críticas sobre a disparidade dos valores pagos pelos consumidores brasileiros, principalmente, os residenciais. Apesar da polêmica, o setor ainda não tem convergência para uma possível solução. A questão foi, inclusive, mencionada durante a posse do novo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, como uma dos pontos para análise pelos técnicos da reguladora.

O assunto foi discutido durante o Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica realizado neste segunda-feira, 23 de março. Os participantes concordaram que uma saída é urgente para o segmento de baixa renda. Segundo Luiz Carlos Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Agentes Distribuidores de Energia Elétrica, com a universalização o problema tende a se agravar. O executivo defendeu que o governo repense a política para esse setor.

Guimarães ressaltou que não se deve pensar na criação de novos fundos setoriais, mas em aperfeiçoar políticas sociais já existentes, como, por exemplo, o Bolsa Família. "É uma questão fiscal e não tarifária de reduzir as diferenças entre os estados", afirmou. Ele defendeu também a restrição do Luz para Todos aos consumidores realmente necessitados. "Atualmente, o programa está aberto a todos os consumidores".

Paulo Born, diretor de Desenvolvimento da Área de Concessão da Light, chamou atenção para problemas na empresa de referência. O modelo não estaria abrangendo problemas, que influenciam a tarifa, como tamanho da área de concessão e furtos de energia. Os impostos, como ICMS e Pis/Confins, também distorcem a tarifa dos consumidores.

Já Oscar Alfredo Salomão Filho, assistente da diretoria de distribuição da Eletrobrás, sugeriu que se encontre equilíbrio econômico-social por área de concessão e se observe na busca por solução o sinal de preço da energia para todos os consumidores. Dorel Ramos, diretor de Regulação da EDP Brasil, apontou uma possível reorganização das áreas de concessão como uma saída. Guimarães, da Abradee, afirmou que agora deve-se estudar a questão e se chegar a uma solução o mais rapidamente possível.

BNDES prevê desembolso de R\$ 13 bilhões para o setor em 2009 (CanalEnergia) 23/03/09

Banco analisa empréstimos de R\$ 6 bilhões para transmissão em decorrência de grandes projetos

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deve desembolsar R\$ 13 bilhões para o setor elétrico este ano. O cálculo é de Nelson Siffert, chefe do Departamento de Infra-estrutura do BNDES. "Setenta por cento desse valor deverá ir para a área de geração hidrelétrica", disse o executivo, listando empreendimentos como complexo do Rio Madeira (RO, 6.450 MW), Estreito (TO/MA, 1.087 MW) e Foz do Chapecó (RS/SC, 855 MW).

O montante será significativamente superior aos R\$ 8,5 bilhões desembolsados no ano passado. O setor tem visto desde 2006 a escalada dos recursos liberados pelo banco. Naquele ano, foram R\$ 3 bilhões, e em 2007, outros R\$ 6,2 bilhões. Ao todo, entre 2003 e 2008, foram aprovados financiamentos de R\$ 45 bilhões para 230 projetos do setor elétrico, que significam investimento de R\$ 78 bilhões. O segmento de geração teve 155 empreendimentos contemplados.

Na área de aprovação do banco, o destaque este ano deve ser para o segmento de transmissão. De acordo com Siffert, os projetos do setor, em avaliação, somam investimentos de R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões serão financiados pelo BNDES. "A aprovação desses projetos deve sair até o fim do ano", afirmou o executivo.

Entre os projetos de transmissão são o da interligação Tucuruí-Manaus-Macapá e Rio Madeira. "Somente no Rio Madeira serão investidos R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões do BNDES", exemplificou Siffert que participou nesta segunda-feira, 23 de março, do Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o setor de Energia Elétrica realizado no Rio de Janeiro pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico/UFRJ.

Siffert observou ainda que as empresas de transmissão recorreram ao BNDES para conseguir empréstimos-ponte para tocar os empreendimentos. Foram aprovados dois pedidos e outros quatro estão em análise. Um dos empreendimentos foi o linha Tucuruí-Manaus. O executivo não quis dizer quais projetos foram aprovados e que estão em análise. Outro importante projeto do setor é a usina nuclear de Angra 3 (RJ-1.350 MW) já está em análise no banco. "Estamos ainda na fase inicial de análise", ressaltou Siffert.

Furnas abre chamada para formar parcerias em leilão de transmissão (CanalEnergia) 23/03/09

Interessados deverão enviar formulário de cadastro até esta terça-feira, 24 de março

Da Agência CanalEnergia, Negócios

Furnas abriu chamada pública para formação de parceria com empresas privadas para participar, em consórcio, do leilão de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica, previsto para acontecer ainda no primeiro semestre. Em caso de êxito no certame, as empresas constituirão sociedade de propósito específico para a implantação e exploração dos empreendimentos. Os interessados deverão enviar formulário de cadastro até esta terça-feira, 24 de março.

Com as parcerias, a estatal pretende participar nos lotes G - SE Itatiba – 800 MVA 500/138 kV (SP), H - SE Santos Dumont – 375 - MVA 345/138 kV (MG), I - SE Jandira – 3 X 400 MVA 440/138-88 kV e SE Salto – 400 MVA 440/138-88 kV (SP), J - LT Foz do Iguazú – Cascavel Oeste (PR), 525 kV, 120 quilômetros, K - LT Serra da Mesa – Niquelândia, 230 kV, 100 quilômetros; e LT Niquelândia – Barro Alto, CS, 230 kV (GO), 88 quilômetros.

Mais informações pelo e-mail: acse@furnas.com.br. Além disso, é necessário entregar uma cópia impressa da documentação solicitada do formulário de Cadastramento, até a próxima quinta-feira, 26 de março, no endereço: Rua real Grandeza, 219 sl 1301, Bloco A – A/C.: Sra. Marise Grinstein.

Eletrobrás terá US\$ 710 milhões para reestruturação da companhia (CanalEnergia) 23/03/09

Recursos também serão destinados à reestruturação das sete empresas do grupo, segundo Muniz

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Eletrobrás terá recursos de US\$ 710 milhões para o processo de reestruturação da companhia. De acordo com o presidente da holding, José Antônio Muniz Lopes, desse total, cerca de US\$ 500 milhões serão financiados pelo BID e o restante será a contrapartida da Eletrobrás. "Os recursos serão utilizados na execução do plano estratégico e no processo de reformulação estrutural da empresa", afirmou Muniz.

Segundo ele, o mais importante é que esses recursos também serão destinados à reestruturação das sete empresas de distribuição do grupo. "Nós já tivemos grande recuperação das empresas em 2008 e agora vamos partir para a melhoria do desempenho operacional", contou o executivo durante o Seminário 5 Anos do Novo Modelo - Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica, promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico - UFRJ.

Dentre as ações previstas, segundo Muniz, estão combate às perdas, reformulação do sistema de distribuição e modernização da operação dessas distribuidoras. "Nós começamos esse processo há seis meses, mas ainda não temos uma cronologia de aplicação dos recursos", disse. Muniz afirmou ainda que esse é o primeiro plano estratégico da Eletrobrás, onde estão contempladas todas as empresas do grupo. "Antes, trabalhávamos o plano estratégico empresa por empresa", explicou o executivo.

Dividendos - Muniz informou ainda que a Eletrobrás vai estudar novas formas para realizar o pagamento aos acionistas dos dividendos retidos, que giram em torno de R\$ 8 bilhões. "Os caminhos que nós trilhamos até agora não nos propiciaram êxito. Nós queremos pagar, mas a operacionalização do pagamento é complicada", analisou o executivo, afirmando que ainda não há prazo para o pagamento desses dividendos.

Leilão de eólicas: portaria definitiva deverá sair em duas semanas (CanalEnergia) 23/03/09

EPE confirmou que a realização do leilão de eólicas deverá acontecer no início de novembro

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A portaria definitiva do leilão de eólicas, lançando oficialmente o certame, deverá sair dentro de duas semanas. A estimativa é do presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim. Segundo ele, as diretrizes do leilão estavam em audiência pública e receberam uma grande quantidade de sugestões.

"Agora vamos ver o que é pertinente para lançar a portaria definitiva", afirmou Tolmasquim. Depois que a portaria for lançada, o executivo explicou que a EPE vai receber as propostas dos interessados em se conectar ao sistema através de ICGs. Além disso, ele confirmou que a previsão é que o leilão de eólicas aconteça no início de novembro.

Aoós participar do Seminário 5 anos do novo modelo: Realidade e Perspectiva para o setor de energia elétrica realizado pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro nesta segunda-feira, 23 de março, Tolmasquim contou que o leilão A-3 está previsto para ser realizado em agosto ou setembro, enquanto o A-5 tem previsão para acontecer em dezembro - para permitir mais tempo para obtenção de licenças ambientais.

EPE estuda converter térmicas a óleo combustível em gás natural (CanalEnergia) 23/03/09

Análise preliminar indica viabilidade de operação dessas usinas na configuração bicomcombustível, segundo Mauricio Tolmasquim

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Empresa de Pesquisa Energética está estudando a possibilidade de converter as usinas a óleo combustível, leiloadas e ainda não construídas, em usinas que utilizem o gás natural como combustível. De acordo com o presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, está sendo elaborada uma nota técnica para se analisar a possibilidade dessa conversão. Inicialmente, essas plantas estariam previstas para uma configuração bicomcombustível, segundo ele, tendo o funcionamento com gás natural como segunda opção.

“A maioria dessas usinas pode funcionar tanto com gás quanto com óleo combustível, pois o projeto inicial era bicomcombustível. Por isso, não haverá custo adicional para o empreendedor”, explicou o executivo. Além disso, Tolmasquim afirmou que a EPE já analisou se a proposta feria os termos do leilão. “Aparentemente, não há nada que impeça essa conversão”, contou, acrescentando que na proposta atual o gás seria o primeiro combustível.

O executivo salientou que a EPE já tem uma visão inicial a respeito da conversão desses empreendimentos. “Já fizemos uma análise preliminar e constatamos que contratualmente, é possível converter essas térmicas”, afirmou o executivo que participou, nesta segunda-feira, 23 de março, do "Seminário 5 Anos do Novo Modelo – Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica”.

Segundo ele, a nota técnica deve estar pronta dentro de um mês e, após essa etapa, haverá uma reunião com o ministério, a Petrobras e os próprios empreendedores, para debater a proposta. Perguntado se haveria gás suficiente para abastecer essas térmicas, Tolmasquim afirmou que, atualmente, existe essa disponibilidade devido à inauguração dos terminais de GNL, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e em Pecém, no Ceará. “Quando as térmicas foram leiloadas, essa situação era diferente, pois não havia gás natural para elas, mas hoje houve uma reversão nesse cenário”, disse.

O executivo afirmou ainda que essa proposta se configura em uma ação de ganha-ganha, tanto para os empreendedores, quanto para o consumidor e o meio ambiente. “Ganha o meio ambiente, pois as térmicas a gás são menos poluentes, ganha o consumidor porque esse combustível é mais barato, e ganha a segurança porque eventualmente, o suprimento de gás é mais fácil do que carregar os óleos nas rodovias e estocar esse óleo”, avaliou Tolmasquim.

Reservatório de Tucuruí opera com 85,81% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 23/03/09

Armazenamento do Norte atinge 83% do volume, segundo dados do ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 85,81% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes ao último domingo, 22 de março. Os reservatórios do Norte atingem 83% do volume e registram alta de 1,6%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 83,8% do volume, com alta de 0,2%. O índice está 46,2% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 79,80% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 83% do volume acumulado, registrando alta de 1,6%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 85,81% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 79,2% do volume, com alta de 0,2%. O índice está 25,9% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Marimbondo e A. Vermelha operam com 88,90% e 99,50%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 50,6% do volume acumulado, mantendo-se estáveis. O índice está 32% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de S. Santiago trabalha com 39,02% da capacidade de armazenamento.

PCH São Lourenço inicia testes de 29,1 MW (CanalEnergia) 23/03/09

Localizado no município de Juscimeira, no Mato Grosso, o empreendimento pertence à Geraoeste Usinas Elétricas do Oeste S.A

Da Agência CanalEnergia, OeM

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em teste das unidades geradoras 1 e 2 da pequena central hidrelétrica São Lourenço. Localizado no município de Juscimeira, no Mato Grosso, o empreendimento pertence à Geraoeste Usinas Elétricas do Oeste S.A. As unidades têm 14,5 MW de potência instalada cada, totalizando 29,1 MW, conforme despacho 1029 publicado no Diário Oficial da União da última segunda-feira, 23 de março. A empresa terá prazo de 60 dias para envio de relatório confirmando ou corrigindo a potência das unidades.

BIP Netherlands transfere participações minoritárias em transmissoras (CanalEnergia) 23/03/09

Operação passa controle de ações na Eate, Etep, Erte, Ente e Ecte para as demais acionistas das concessionárias

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a transferência das participações minoritárias da BIP Netherlands Holding B.V em cinco transmissoras para as demais acionistas das concessionárias. De acordo com a Aneel, as transmissoras são as empresas Amazonense de Transmissão de Energia S/A (Eate), Paraense de Transmissão de Energia S/A (Etep), Regional de Transmissão de Energia S/A (Erte), Norte de Transmissão de Energia S/A (Ente) e Catarinense de Transmissão de Energia S/A (ECTE).

Homologação - A Aneel também homologou a transferência, da Camargo Córrea para a Camargo Córrea Investimentos em Infra-Estrutura, do controle societário direto da Camargo Córrea Energia. A Camargo Córrea Energia atua na produção independente de eletricidade como parte integrante dos consórcios que exploram as hidrelétricas Salto Pilão (SC, 182,3 MW), e Estreito (MA/TO, 1.087 MW).

Belo Monte será licitada em outubro, confirma EPE (CanalEnergia) 23/03/09

Estatual inicia estudo para otimização para reduzir o valor do preço inicial. Edital deve ser lançado em 60 dias

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, confirmou que o leilão da hidrelétrica de Belo Monte (PA-11.181 MW) deverá acontecer em outubro deste ano. Ele lembrou que já foram entregues o estudo de viabilidade para a Agência Nacional de Energia Elétrica e o estudo de impacto ambiental para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Tolmasquim disse ainda que a EPE também recebeu o estudo de viabilidade e vai começar a fazer a otimização da planta. "Veremos se poderemos diminuir a quantidade de cimento, de escavação, ferro, de maneira a reduzir o preço inicial da usina", explicou o executivo ao participar do Seminário 5 anos do novo modelo: Realidade e Perspectiva para o setor de energia elétrica realizado pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro nesta segunda-feira, 23 de março.

O passo seguinte, segundo Tolmasquim, será calcular o preço inicial da usina e enviá-lo para o Tribunal de Contas da União. "O TCU analisa o preço para depois sair o edital", explicou, acrescentando que o documento deve sair 60 dias antes do leilão.

Energias do Brasil ON opera em alta de 5,33% (CanalEnergia) 23/03/09

Equatorial ON registra queda de 3,15%. IEE alcança os 16.396 pontos, com alta de 0,77%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Energias do Brasil ON opera em alta de 5,33% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 23 de março. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a Cemig PN (2,88%) e a Terna Participações UNT (2,27%). A Equatorial ON opera em queda de 3,15%, acompanhada pela Tractebel ON (-0,11%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 16.396 pontos, com alta de 0,77%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 41.605 pontos, com alta de 3,81%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: estável
AES Tietê PN: 0,46%
Celesc PNB: 1,10%
Cemig PN: 2,88%
Cesp PNB: 0,45%
Coelce PNA: 1,88%
Copel PNB: 0,14%
CPFL Energia ON: 2,23%
Eletrobrás PNB: 0,81%
Energias do Brasil ON: 5,33%
Equatorial ON: -3,15%
Light ON: 0,27%
MPX Energia ON: estável
Tractebel ON: -0,11%
Terna Part UNT: 2,27%
Transmissão Paulista PN: 0,55%

Transmissoras pagarão R\$ 43,74 milhões em encargos (*CanalEnergia*) 23/03/09

Nove empresas pagarão cerca de R\$ 32,17 milhões referentes aos encargos da CCC e CDE e mais R\$ 11,57 milhões para o custeio do Proinfa

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica fixou as quotas da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis e da Conta de Desenvolvimento Energético de nove transmissoras. Ao todo, Cteep, Furnas, Cemig-GT, Celg, Copel, CEEE-GT, Chesf, Eletronorte e SMTE pagarão cerca de R\$ 32,17 milhões referentes ao mês de janeiro deste ano. Segundo o despacho 1006 publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 20 de março, a data de recolhimento termina no próximo dia 30 de março. Os valores fixados pela agência valem para empresas que atendem consumidores livres e/ou autoprodutor com unidades de consumo conectadas às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

As mesmas transmissoras pagarão ainda cerca de R\$ 11,57 milhões referentes às quotas de custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica do mês de maio de 2009. A data de recolhimento vai até o dia 10 de abril, segundo despacho 1007 do D.O.U. da última sexta-feira, 20.

CVM: Tractebel pede registro de emissão de debêntures (*CanalEnergia*) 23/03/09

Empresa pretende captar R\$ 600 milhões com lançamento de papéis no mercado financeiro

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Tractebel Energia protocolou na Comissão de Valores Mobiliários pedido de registro para emissão de debêntures simples no mercado. A empresa pretende captar R\$ 600 milhões com o lançamento de 60 mil papéis com valor unitário de R\$ 10 mil. A data de emissão foi estipulada, para efeitos legais, sendo 1º de abril deste ano. As debêntures dessa terceira emissão da companhia terão prazo de dois anos, vencendo em 1º de abril de 2011.

Lucro da Copel recua 2,5% em 2008 (*CanalEnergia*) 23/03/09

Empresa ganhou R\$ 1,078 bilhão no ano passado. No quarto trimestre, lucro líquido recuou 42,45%

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Copel registrou queda de 2,5% no lucro líquido de 2008, que ficou em R\$ 1,078 bilhão, ante R\$ 1,106 bilhão no ano anterior, segundo balanço divulgado na noite da última sexta-feira, 20 de março. A queda no quarto trimestre foi maior, chegando a 42,45%. O resultado somou R\$ 179,709 milhões, contra R\$ 312,242 milhões. A empresa teve expressivo aumento nos custos e despesas operacionais tanto no ano como no trimestre.

A receita operacional bruta da companhia subiu 4,9%, no ano passado, para R\$ 8,305 bilhões, contra R\$ 7,920 bilhões em 2007. No quarto trimestre, a receita chegou a R\$ 2,159 bilhões, acima dos R\$ 2,043 bilhões do mesmo período anterior. Já a receita líquida cresceu 4,9% no ano, indo de R\$ 5,203 bilhões, em 2007, para R\$ 5,458 bilhões, em 2008. A receita trimestral passou de R\$ 1,378 bilhão para R\$ 1,402 bilhão entre 2007 e 2008.

Os investimentos da Copel ficaram abaixo da previsão inicial de R\$ 1,113 bilhão. A empresa aplicou R\$ 776 milhões, com destaque para distribuição que recebeu R\$ 497,7 milhões. Contudo, o montante destinado ao setor foi menor que os R\$ 774,7 milhões previstos. A hidrelétrica de Mauá recebeu aporte de R\$ 50,3 milhões significativamente inferior aos R\$ 180,3 milhões previstos.

Usina Monte Alegre atuará como produtora independente em MG (*CanalEnergia*) **23/03/09**

Empresa vai implantar e explorar térmica de mesmo nome, localizada no município de João Pinheiro, em Minas Gerais

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a Usina Monte Alegre Ltda a atuar como produtora independente de energia. A empresa vai implantar e explorar a termelétrica de mesmo nome, localizada no município de Monte Belo, em Minas Gerais. Com capacidade instalada de 16 MW, a usina vai utilizar bagaço de cana-de-açúcar como combustível.

SINDICAL

Cerca de 639 mil trabalhadores ainda não sacaram o PIS (CUT Nacional) **24/03/09**

Escrito por Agência Brasil

Brasília - A Caixa Econômica Federal informou nesta segunda-feira (23) que 639.221 trabalhadores ainda não sacaram o abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) a que têm direito no calendário atual, de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. O benefício, no valor de R\$ 465, está disponível para saque até o fim de junho, no valor total de R\$ 297,2 bilhões.

Até agora, a Caixa liberou R\$ 5,127 bilhões em pagamentos do abono do PIS para 12.608.031 trabalhadores em todo o país, e registrou, no exercício financeiro 2008/2009 o maior pagamento da história do programa, com cobertura, até agora, de 95,17% dos 13.247.252 de trabalhadores com direito ao abono - 11,16% a mais que no calendário anterior.

As unidades da Federação com maiores volumes de benefícios a serem pagos são o Distrito Federal, com 327.420 trabalhadores; São Paulo, com 85.444; e Rio de Janeiro, com 52.952.

Quem ainda não recebeu o abono do PIS, mediante crédito em conta ou no contracheque, pode sacar o benefício com o Cartão do Cidadão nas máquinas de auto-atendimento, casas lotéricas e Caixa Aqui, inclusive nos fins de semana. Se não tiver o Cartão do Cidadão, basta procurar uma agência da Caixa, apresentar documento de identidade e comprovante de inscrição no PIS.

Tem direito ao abono todo trabalhador que foi cadastrado no PIS (iniciativa privada) ou no Pasep (servidor público), até 2003, e trabalhou pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano de 2007, com carteira assinada pelo empregador e rendimento de até dois salários mínimos por mês, desde que o empregador tenha informado corretamente seus dados de emprego.

Quem foi cadastrado no PIS-Pasep até outubro de 1988 e tem salários mais altos recebe rendimentos. Todo ano, o trabalhador acumula quotas que só podem ser retiradas em casos previstos por lei, como aposentadoria, invalidez permanente, reforma militar, transferência para a reserva remunerada, em casos de aids ou câncer do titular ou de seu dependentes, morte do titular, benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência, bem como por idade mínima de 70 anos.

Governo mantém reajuste de servidores e anuncia corte nos concursos públicos (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Sindsep-PE

Sobrou para os concursos. Um dia depois que os jornais noticiaram matéria em que o presidente Lula estaria atrelando o cumprimento dos acordos feitos com os servidores federais ao desenrolar da crise econômica internacional, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, diz que os reajustes do funcionalismo serão mantidos e que uma das formas encontradas para driblar a crise é suspender a realização de novos concursos e adiar a posse de concursados.

A medida foi anunciada na última quinta-feira, quando o governo divulgou o montante do corte que fará este ano no Orçamento Geral da União: R\$ 21,6 bilhões. Segundo Paulo Bernardo, a suspensão para a realização de novos concursos e a contratação dos concursados são temporárias. O ministro garantiu também a parcela do reajuste do funcionalismo, prevista para ser paga em julho próximo, conforme acordo feito no ano passado com as várias categorias do setor público.

Mesmo admitindo a manutenção dos acordos, o governo não tem se mostrado disposto a negociar revisões nos auxílios-alimentação, creche, plano de carreira e outros benefícios. Pelo contrário. Tem dado sinais de que não existe a possibilidade de assegurar orçamento para novos acordos em 2009.

A CUT, a Condsef e o Sindsep estão em alerta e convocam todos os servidores federais a se engajarem nas atividades da campanha salarial, lançada nacionalmente na semana passada. O cenário não é dos melhores e os servidores precisam estar preparados para um enfrentamento direto com o governo.

A Condsef vai pedir uma audiência com o governo, no sentido de discutir a pauta de reivindicação de 2009, além solicitar uma reunião com os deputados federais para tratar das matérias que tramitam no Congresso Nacional e são de interesse do funcionalismo.

Encontro Internacional de Trabalhadores na Alimentação (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por Contac/CUT

Contac/CUT convoca dia 30 por redução dos juros e da jornada, reforma agrária e contrapartidas sociais nos empréstimos do BNDES

Encontro em Serafina-RSO Encontro Internacional sobre a crise econômica e o setor alimentício, realizado sábado (21) em Serafina Corrêa-RS, aprovou a pauta de reivindicação dos trabalhadores do setor na mobilização convocada pelo movimento sindical, social e estudantil para a próxima segunda-feira, dia 30 de março.

O evento contou com a participação de lideranças da União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação (UITA); do ex-governador gaúcho e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra; do economista Ricardo Franzoi; de dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac/CUT), de Sindicatos e Federações do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

"As principais bandeiras do Ramo serão a diminuição expressiva da taxa básica de juros, para fomentar o desenvolvimento; a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário; a reforma agrária, para combater a especulação com os alimentos, garantindo emprego no campo e comida barata na cidade; e contrapartidas sociais, como manutenção e ampliação dos empregos e da renda nos empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)", declarou Siderlei de Oliveira, presidente da Contac/CUT.

Siderlei de Oliveira, presidente da ContacConforme Siderlei, é preciso garantir que o corte nos juros seja repassado ao consumidor, para que se transforme em efetiva distribuição de renda. Além disso, frisou, "é preciso que se garantam mecanismos para fazer com que as empresas diminuam sua alta margem de lucro, mantendo a arrecadação do Estado, fundamental para os investimentos nas áreas sociais". "Não é possível que uma empresa como a Sadia, que aplicou bilhões no mercado financeiro, que alavancou seus lucros na época da bonança sem dividir com os trabalhadores, mantendo a jornada e o intenso ritmo de trabalho, agora venha chantagear falando de crise e desemprego para pegar

dinheiro público sem qualquer contrapartida. O Estado deve servir para alavancar o desenvolvimento e cada centavo de recurso público aplicado tem de priorizar a geração de emprego de qualidade, com salários dignos e direitos", ressaltou. Neste sentido, acrescentou Siderlei, é preciso uma atuação coordenada e firme na Comissão Nacional de Controle dos Empréstimos do BNDES, "para separarmos o joio do trigo e garantir investimentos que realmente frutifiquem, que dialoguem com a melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores e com o desenvolvimento com distribuição de renda". O presidente da Contac também sublinhou a disposição da Confederação de articular todos os trabalhadores da cadeia produtiva, "da terra ao prato".

Olívio Dutra elevou o tom contra a lógica excludente da globalização neoliberal, frisando a importância do Encontro Internacional para que a classe trabalhadora enfrente como um bloco as tentativas de retrocesso impostas pelo capital, como a precarização de direitos e o arrocho salarial para manter suas altas taxas de lucro. O ex-governador lembrou que o tempo pôs por terra o discurso do Estado mínimo e que o mercado de tudo se encarrega, pois a crise emana dos países capitalistas centrais que venderam o discurso e a prática da desregulação e da privatização, que significaram desnacionalização de riquezas para os países e povos. "Com unidade na diversidade e permanência no fluxo, é hora de sermos sujeitos e não objetos, de sermos motor das transformações, da defesa do desenvolvimento, das políticas públicas", frisou.

UITA - Um dos debatedores do evento, o sindicalista uruguaio Gerardo Iglesias, representante da UITA para a América Latina, falou sobre a atuação dos grandes oligopólios transnacionais, que comprometem a soberania alimentar dos países com sua crescente e insaciável fome de lucro. Citando vários casos de agressão e violência, onde a concentração de terra leva ao assassinato dos lutadores pela reforma agrária, Iglesias lembrou o caso da região de Urabá, na Colômbia. Ali o governo dos Estados Unidos pretende, via TLC (Tratado de Livre Comércio), praticar uma política de terra arrasada por meio da plantação de biocombustíveis que desempregam em massa, como o produzido com palma de dendê. "Em Urabá, a produção de mil hectares de banana gera dois mil empregos enquanto os mesmos mil hectares de dendê equivalem a apenas duzentos empregos, dez vezes menos. Sem falar que enquanto a banana é produzida por pequenos produtores, a plantação de palma é concentrada nos grandes e nas transnacionais, sem deixar espaço para a agricultura familiar", ressaltou. "A Colômbia concentra sete de cada dez sindicalistas assassinados no mundo, o que torna necessária uma ação mais veemente de denúncia e solidariedade", ressaltou.

Iglesias destacou a importância do Encontro Internacional para que os trabalhadores da alimentação sejam protagonistas, articulando a unidade da classe no campo e na cidade. Para o dirigente da UITA, além da reforma agrária, é preciso que os governos priorizem a agricultura familiar, enfrentando a concentração que expulsa milhões para as periferias das cidades, onde lhes nega condições de sustento. "A cada ano, 60 milhões de pessoas deixam o campo. Dos três bilhões que encontram-se na cidade, metade da população mundial, uma em cada três pessoas encontra-se mergulhada na mais absoluta miséria. Esta é a lógica da acumulação capitalista, das transnacionais do agronegócio, dos que lucram com a fome", condenou.

O presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski alertou que o país gasta anualmente com juros o equivalente a dez vezes o valor investido no Bolsa-Família, o que demonstra a necessidade de uma redução imediata na taxa Selic. Lembrando que é inadmissível manter a lógica excludente aplicada pelo Banco Central, que remunera o capital especulativo numa média duas vezes superior à mundial, "com as mais altas taxas de juros do mundo", Celso destacou a necessidade do movimento sindical cutista estar articulado com as demais centrais e os movimentos sociais no próximo dia 30, "levando às ruas as propostas da classe para enfrentar a crise com a defesa do salário, do emprego e dos direitos do trabalhador".

Em sua análise de conjuntura, o economista Ricardo Franzoi demonstrou como o sistema capitalista enfrenta crises cíclicas, tendo a economia norte-americana passado desde os anos 70 por doze períodos de recessão. Como os Estados Unidos responde por cerca de 30% da produção mundial, declarou, há uma tendência maior de propagação da crise, contaminando o conjunto dos países, particularmente os que por meio da desregulação de seus mercados, ficaram mais vulneráveis às imposições das transnacionais e do sistema financeiro. Para Ricardo, o momento exige um enfrentamento com a hegemonia do capital financeiro, dos especuladores, para que o Brasil possa, a partir do fortalecimento do seu mercado interno, da produção real, avançar.

Gerardo (UITA), Geni, Siderlei, Olívio e Leonardo LANÇAMENTO -Durante o evento foi lançado o livro Bolívia nas ruas e urnas contra o Imperialismo (Editora Limiar), do assessor de Comunicação da CUT Nacional, Leonardo Wexell Severo, com a presença do prefeito e do vice-prefeito de Serafina Correa, Ademir Presotto e Flávio Breda; da secretária municipal de Educação, Ivete Soccol e de inúmeras autoridades e lideranças dos movimentos sociais da região. Na mesa, o ex-governador Olívio Dutra destacou que "o livro é uma boa ferramenta de estudo que nos prepara para os embates". Para o ex-governador, "a vitória do povo boliviano nos serve de estímulo para seguir em frente, contribuindo para o progresso e a emancipação da nossa América".

POSSE - À noite, com a presença do vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia; do deputado Fabiano Pereira; e de inúmeras autoridades e sindicalistas, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Serafina tomou posse, numa solenidade bastante concorrida. O presidente reeleito, José Modelski Júnior, conclamou a todos a se manterem unidos e mobilizados contra os que querem ressuscitar o projeto neoliberal: "é preciso enfrentar e derrotar a lógica excludente do capital especulativo, que nada produz, que prefere a riqueza fácil para uns poucos enquanto intensifica a sua exploração sobre milhões". Analisando o êxito da agenda e a representatividade dos eventos, a secretária geral do Sindicato, Geni Dalla Rosa, avaliou como um importante reconhecimento nacional e internacional à luta de um sindicato que sempre esteve na linha de frente em defesa dos interesses da classe.

Nota da CUT (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por CUT Nacional

Sobre o Congresso Nacional da Contag

Terminou no sábado, dia 14 de março, o 10º Congresso Nacional da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que elegeu uma nova direção composta por 13 membros, dos quais sete são dirigentes de entidades - sindicatos e federações - filiadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A Contag filiou-se à CUT em 1995, e desde então a presença dos cutistas na confederação só cresceu. Atualmente, das 27 federações existentes, 17 (63%) já são filiadas à CUT, nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins e Rio de Janeiro. No campo, 1.261 sindicatos são filiados à CUT. Estas entidades permanecem filiadas à CUT, mesmo após o Congresso da Contag.

Por outro lado, as federações filiadas à CTB são hoje 6 (seis), e ainda existem 4 (quatro) federações independentes e; portanto, sem filiação a qualquer central.

O presidente eleito, Alberto Ercílio Broch, terá como tesoureiro o companheiro Manoel de Serra, cutista. A vice-presidente da CUT, Carmen Helena Foro, também compõe a nova direção da Contag. Além deles, há os seguintes cutistas que compõem a Executiva: Alessandra Costa Lunas, vice-presidente e diretora de Relações Internacionais; Maria Elenice Anastácio, secretária nacional de Juventude; Antonio Lucas Filho, secretário de Assalariados; William Clementinho Matias, secretário de Política Agrária; José Wilson Gonçalves, secretário de Políticas Sociais.

Votação acirrada e discursos incoerentes

A votação mais acirrada do Congresso ficou por conta da proposta, lançada por dirigentes ligados à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), de que a Contag deveria permanecer independente de qualquer filiação a central sindical, pois dentro dela existem federações e sindicatos filiados tanto à CUT quanto à CTB.

Durante os debates do Congresso, os discursos daqueles que defendiam que a Contag deveria manter-se sem filiação foram permeados por palavras como unidade (ou unicidade) e independência, e de que a Contag era maior que as centrais sindicais existentes.

Já os companheiros/as cutistas mostravam a importância do processo de filiação da Contag à CUT, apresentando que o balanço dos 14 anos de trabalho conjunto era extremamente positivo para a luta dos trabalhadores/as no campo e na cidade, baseado especialmente na construção do PADRSS - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que tal unidade deveria ser encarada como uma luta da classe trabalhadora, e não uma luta isolada dos rurais.

A votação sobre esse tema, feita de forma secreta, dividiu os delegados e delegadas no plenário, resultando em 1440 votos pela desfiliação, e 1109 votos pela manutenção da filiação à CUT. É preciso destacar que para atingir este resultado, os delegados da CTB uniram-se aos setores mais conservadores que existem na Contag.

Apesar do resultado, não podemos considerar a votação como uma vitória da CTB, já que a proposta vencedora não foi a de filiação àquela central. Aliás, essa proposta sequer chegou a ser apresentada por eles, pois sabiam de antemão que seriam derrotados.

A diferença entre o discurso e a prática

Apesar do discurso de unidade e de independência, ficou clara a diferença entre o discurso e a prática dos companheiros da CTB, já que foram eles que resolveram dividir os trabalhadores e a esquerda, saindo da CUT, mais preocupados com o projeto político-partidário do que em organizar os trabalhadores de forma realmente independente e autônoma.

Consolidar a unidade e a hegemonia cutista no campo

A CUT, junto com o ramo dos rurais, pela história construída coletivamente e pelo futuro que nos espera, de muitas velhas e novas batalhas, renovam o compromisso e disposição de luta de organizar os trabalhadores rurais, assalariados e da agricultura familiar, e assim, disputar os rumos do desenvolvimento do Brasil, numa perspectiva sustentável e solidária.

E é essa prática que manterá a unidade dos cutistas, romperá obstáculos e consolidará a organização dos rurais na CUT, fortalecendo nosso projeto sindical e construindo a hegemonia cutista no campo.

São Paulo, 18 de março de 2009.
DIREÇÃO NACIONAL DA CUT

Greve dos petroleiros (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por FUP

Trabalhadores assumem controle operacional em várias unidades da Petrobrás

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás entraram em greve à zero hora desta segunda-feira, 23, em todo o país. Apesar das ameaças e pressões das gerências da empresa, os petroleiros assumiram a produção em várias unidades de produção e distribuição de petróleo e gás. Nas plataformas do Espírito Santo e da Bacia de Campos, a Petrobrás bloqueou a comunicação dos trabalhadores, cortando telefones e o acesso à internet. Mesmo assim, os petroleiros da PPR-1 e da P-34, no Espírito Santo, fecharam a produção e entregaram as plataformas para as equipes de contingência da Petrobrás, que estão tentando retomar a produção de gás na PPR-1 e de petróleo na P-34, primeira plataforma da empresa a extrair o óleo da camada de pré-sal.

Também na Bahia, os petroleiros mantêm três campos de produção de petróleo sob controle, nos municípios de Entre Rios e Esplanada. Um dos campos com produção controlada é Jandaia, o maior campo produtor de petróleo do estado da Bahia. Na Bacia de Campos, os trabalhadores tentaram controlar a produção, mas foram coagidos a entregarem as plataformas para as equipes de contingência da Petrobrás.

Os trabalhadores dos terminais de Solimões, no Amazonas, de Suape, em Pernambuco, de Guarulhos, em São Paulo, e Cabiúnas, em Macaé, assumiram o controle operacional das unidades e estão controlando o bombeio. Nas plataformas do Rio Grande do Norte, os petroleiros também controlam 70% da produção de petróleo e gás. No Pólo de Guamaré, área de processamento de gás e óleo do Rio Grande do Norte, apenas uma unidade está em atividade, assim mesmo com carga mínima.

Nas refinarias e demais terminais do país, os trabalhadores cortaram a rendição no turno a partir das 23 horas de domingo, 22. Estão em greve os trabalhadores das seguintes refinarias: Reduc (Caxias), Reman (Manaus), Rlam (Bahia), Recap (Mauá-SP), Regap (Minas), Repar (Paraná), RPBC (Santos-SP), REVAP (São José dos Campos-SP), Fafen-BA (Fábrica de Fertilizantes da Bahia), SIX (Unidade de Industrialização do Xisto, no Paraná), LUBNOR (Fábrica de Lubrificantes do Ceará), Fafen-SE (Fábrica de Fertilizantes de Sergipe) e Refap (Rio Grande do Sul). Nestas unidades, não estão ocorrendo trocas de turnos. O mesmo ocorre nos terminais do Paraná (Paranaguá), Santa Catarina (Biguaçu, Guaramirim, Itajaí e São Francisco do Sul), São Paulo (Guararema, São Caetano do Sul, Barueri, Alemoa,

Pilões e São Sebastião), Bahia (Madre de Deus), Paraíba (Cabedelo). Somam-se à greve, os trabalhadores das áreas terrestres de produção de petróleo na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Ceará, Pará e Sergipe e Alagoas.

A FUP repudia as ações autoritárias da Petrobrás, que vem se utilizando de ameaças de demissões e coações, para impedir os trabalhadores de exercerem o legítimo direito de greve. A empresa também está ingressando com equipes de contingência em várias unidades, para assumirem a produção no lugar dos trabalhadores. Essas equipes são formadas por gerentes, coordenadores e supervisores, que não têm capacidade de operarem as unidades, sem falar que os efetivos de contingência são reduzidos. Além de colocar em risco a segurança operacional das unidades e, conseqüentemente, potencializarem as chances de acidentes, esse procedimento da Petrobrás é um atentado ao direito democrático e legal de greve.

A greve dos petroleiros segue até sexta-feira, 27, com reavaliação do movimento no final do dia.

EIXOS DE LUTA DA GREVE DOS PETROLEIROS:

**GARANTIR OS POSTOS DE TRABALHO NAS EMPRESAS CONTRATADAS PELA PETROBRÁS;
ACABAR COM A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS ACIDENTES QUE MATAM TODOS OS MESES OS PETROLEIROS;
GARANTIR O PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAS DOS FERIADOS TRABALHADOS;
ESTABELECE O REGRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO JUSTA DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.**

DURANTE A GREVE, SERÃO PRESERVADAS TODAS AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO QUANTO À PRODUÇÃO E TRANSPORTE DE PETRÓLEO E GÁS.

Confira abaixo o quadro nacional da greve dos petroleiros

Pará

Informações de que houve corte na rendição dos turnos à zero hora desta segunda (22).

Amazonas

Reman - corte na rendição do turno às 23h de domingo (22). Adesão total dos trabalhadores.
Terminal de Solimões - trabalhadores grevistas assumiram o controle da produção.

Ceará

LUBNOR - corte de rendição às 23h de domingo (22).
Fazenda Belém cortou rendição à zero hora desta segunda (23).
Bio diesel - Quixadá cortou a rendição às 6h de hoje (23).
Plataforma corta rendição amanhã, terça-feira.

Rio Grande do Norte

Plataformas - trabalhadores controlam 70% da produção.
Campos terrestres - trabalhadores aderiram à greve, estão realizando concentrações com participação dos trabalhadores terceirizados.
Pólo de Guamaré- os trabalhadores controlam a produção em todas as unidades de processamento de gás e óleo.
Apenas uma UPGN está em atividade, com carga mínima.

Pernambuco

Suape - 100% paralisado, com trabalhadores próprios e terceirizados na greve, desde à zero hora de hoje (23/03). O bombeio de GLP está sob controle dos trabalhadores.
Paratibe - boa adesão à greve. Gasoduto está operando com 30% do efetivo mínimo.

Sergipe e Alagoas

Sede - 60% do administrativo aderiram à greve.
Fafen - 100% do turno e 90% do administrativo na greve. Trabalhadores terceirizados também estão em greve.
Carmópolis - 90% dos trabalhadores da produção em greve e 70% do administrativo.
Atalaia - 40% de adesão dos trabalhadores à greve.

Aracaju - haverá assembléia.

Bahia

Rlam - trabalhadores cortaram o turno às 15h30 de domingo (22). Adesão à greve dos trabalhadores do administrativo e terceirizados.

Fafen - cortou a rendição à zero hora de hoje (23). Três campos pararam a produção, nos municípios de Entre Rios e Esplanada. São os campos de Jandaia, Sertres e Rou. Jandaia é o maior campo de produção do estado.

Campos de produção - os trabalhadores também estão participando da greve.

Terminal Madre de Deus - cortou a rendição às 15h30 de domingo (22).

Minas Gerais

Regap - trabalhadores cortaram a rendição do turno às 23h30 de domingo (22)

Espírito Santo

PPR-1 e P-34 - trabalhadores assumiram a produção e entregaram as plataformas paradas para as equipes de contingência.

Linhares e São Mateus - corte de rendição será nesta terça (24).

Duque de Caxias

Reduc - corte de rendição à zero hora.

Norte Fluminense

Bacia de Campos - equipes de contingência assumiram o controle das plataformas. Petroleiros estão desembarcando.

Terminal de Cabiúnas - trabalhadores assumiram o controle do terminal às 16 horas de domingo (22).

Rio de Janeiro

Os petroleiros da base do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ) também estão mobilizados nesta segunda, realizando concentrações. No Terminal da Baía de Guanabara (TABG), os trabalhadores aderiram à greve com boa participação. Não houve corte de rendição, mas a direção do sindicato está discutindo com os trabalhadores a importância de cortarem a rendição nos turnos.

Unificado de São Paulo

Recap - corte de rendição às 23h de domingo (22).

Replan - corte de rendição a qualquer momento.

Terminais de São Caetano, Guararema e Guarulhos - corte de rendição às 23h de domingo (22). Em Guarulhos, os trabalhadores assumiram a sala de controle hoje pela manhã (23).

Terminal de Barueri - corte de rendição às 7h de hoje (23)

Edisp - cerca de 25% dos trabalhadores aderiram à greve.

Litoral Paulista

RPBC - os trabalhadores cortaram a rendição às 15h30 de domingo (22). 100% de adesão.

Tebar - 100% de adesão, com corte à zero de hoje (23).

Terminais de Aroeira e Pão de Açúcar - corte de rendição à zero hora de hoje (23).

Paraná e Santa Catarina

Repar - corte de rendição à zero hora de hoje (23).

Six - corte de rendição à zero hora de hoje (23).

Terminais - corte de rendição à zero hora de hoje (23).

Rio Grande do Sul

Refap - corte de rendição pela manhã desta segunda-feira (23), com adesão de mais de 200 trabalhadores. Nos terminais, ainda não houve corte de rendição.

Nesta terça, 24 de março (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por CUT Nacional

CUT debate "Crise Econômica e os Impactos para os Trabalhadores: Cenários da Europa e do Mercosul". Evento tem vagas limitadas

Nesta terça-feira, dia 24 de março, a Central Única dos Trabalhadores por meio da Secretaria Geral, da Secretaria de Relações Internacionais e da Secretaria Nacional de Organização, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert realiza o debate "A Crise Econômica e os Impactos para os Trabalhadores: Cenários da Europa e do Mercosul", atividade voltada para as Estaduais e Ramos da CUT.

O evento acontece das 14 às 16h00 no auditório da Sede Nacional da CUT (1º andar), localizada na Rua Caetano Pinto nº 575 - Brás, em São Paulo/SP. As vagas são limitadas e as inscrições deverão ser enviadas pelo e-mail: sno@cut.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email , através do preenchimento da ficha de inscrição (Clique e acesse).

Expositores:

- Wolfgang Däubler, prof. de Direito do Trabalho, Econômico e Civil da Universidade de Bremen/Alemanha
- Manoel Messias, Diretor Executivo da CUT Nacional, responsável pelo Mercosul.

Mediação:

- Denise Mota Dau, Secretária Nacional de Organização da CUT

Debate: "A Crise Econômica e os Impactos para os Trabalhadores: Cenários da Europa e do Mercosul"

Data: 24 de março de 2009 (terça-feira)

Horário: das 14h00 às 16h00

Local: Auditório da CUT - R. Caetano Pinto, 575 - 1º andar

Organização: Fundação Friedrich Ebert

Obs.: Haverá tradução simultânea português<->alemão

Plano de habitação é apresentado a sindicalistas (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por CUT Nacional

Governo apresenta proposta que prevê 1 milhão de moradias até 2010

A CUT e demais centrais sindicais reuniram-se com o Governo nesta sexta-feira, 20 de março, para conhecerem o plano de habitação que será lançado pelo presidente Lula no próximo dia 25. A ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e os ministros Marcio Fortes, das Cidades, e Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, receberam os sindicalistas no Palácio do Planalto e apresentaram a proposta do governo que prevê a construção de 1 milhão de moradias até 2010.

A CUT esteve representada por Jacy Afonso de Melo, secretário nacional de Administração e Finanças da CUT e por Waldemar Pires de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira da CUT (CONTICOM).

O financiamento previsto no plano prioriza pessoas com renda de 0 e 3 salários mínimos, cuja prestação será de R\$ 50,00. O período para o pagamento é de 10 anos e as prestações só se iniciam quando a pessoa já estiver morando. Segundo Waldemar, da CONTICOM, esta faixa de renda que o plano prioriza corresponde a cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro.

A ministra informou que as conversas com governos estaduais e municipais já foram iniciadas e a expectativa do Governo é de que haja estímulo e empenho de governadores e prefeitos na disponibilização de terrenos públicos para as construções. Dilma também afirma que o Governo estudará meios para reduzir a burocracia para a construção das moradias, para que a meta possa ser cumprida. A proposta de isenção de imposto para esses imóveis é um desses meios.

"Os sindicalistas apóiam o projeto, pois está totalmente voltado para o social, para aqueles que realmente não tem acesso à moradia. Porém, continuamos a cobrar a aprovação do PEC da Moradia Popular para que a habitação seja um programa de Estado e não só de governo", afirma Waldemar.

As centrais sindicais solicitaram a inclusão ao plano de que parte da construção das moradias seja feita por cooperativas e entidades da sociedade civil organizada. O movimento sindical também exigiu a inclusão ao projeto de contrapartidas sociais, com garantias de que todo o investimento com recurso público seja revertido em empregos.

"Exigimos que em todas as obras estejam garantidos os registros em carteira e pagamento das obrigações exigidas por lei aos trabalhadores envolvidos", declarou Waldemar.

As centrais ficaram de enviar ao Governo um documento com casos históricos sobre empresas que contratam trabalhadores sem registro em carteira - aproximadamente 67% e a maioria por aferição indireta. Os ministros assumiram o compromisso de desencalharem a questão da aferição indireta para a liberação da CND (Certidão Negativa de Débitos) às empresas, bem como o empenho para garantir que os postos de trabalho a serem preenchidos sejam feitos somente com registro em carteira.

CUT amplia sua base no campo (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por CUT Nacional*

Mais onze sindicatos rurais filiam-se à Central

A Central Única dos Trabalhadores no estado de Alagoas acaba de ampliar a base CUTista. Onze novos sindicatos somam suas bandeiras de luta às da CUT e reforçam nossa frente no campo. O presidente da CUT-AL, Izaac Jacson; Genivaldo Oliveira da Silva, da executiva e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Maceió, e Givaldo Vítório Telles, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa da Canoa, nos concederam uma entrevista em que falam sobre a importância destes e de outros sindicatos que ainda estão discutindo com suas bases a adesão à CUT.

CUT Nacional: Onze novos sindicatos do ramo rural se filiaram à CUT, qual a importância dessas filiações para a região?
Izaac: Para a CUT Alagoas é muito importante ter a filiação destes sindicatos, principalmente por serem do campo. Esse resultado é fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido há 3 anos. Nós fizemos um planejamento com o conjunto dos sindicatos filiados, buscando fortalecer a CUT em Alagoas. As novas filiações têm passado por um processo amplo de discussão, considerando a importância da CUT e primando pela unidade dos trabalhadores.

CUT Nacional: Qual a perspectiva de novas filiações para o próximo período?

Izaac: Hoje temos uma grande parceria com a Fetag Alagoas e isso cria um clima muito favorável. Onde antigamente havia resistências, hoje há simpatia e percebemos que é um momento de ampliação, até o Congresso da Fetag, em janeiro de 2010, quando alcançaremos a meta de 60% das entidades filiadas a CUT.

CUT Nacional: Como se dá a relação entre o campo e cidade no estado de Alagoas?

Izaac: Alagoas tem sido um exemplo a ser seguido em nível nacional. Tanto os trabalhadores organizados nos STRs, como nos movimentos sociais, conseguem unificar todas as lutas. Quando se está lutando por Reforma Agrária e pela Agricultura Familiar, os sindicatos urbanos prestam solidariedade, apóiam o movimento e o mesmo acontece com as pautas mais urbanas, onde o campo tem correspondido com muita solidariedade. Nossas atividades que necessitam de maior mobilização e resistência, tem tido muito sucesso.

CUT Nacional: E a participação da CUT nos Pólos Sindicais?

Izaac: A Fetag Alagoas é distribuída em 9 Pólos com uma média de 11 sindicatos em cada pólo. A CUT vem acompanhando sistematicamente as reuniões, ajudando a construir a pauta de reivindicações e encaminhando-as aos órgãos competentes. Quando a Carmen (Foro, vice-presidente da CUT e coordenadora da CNMTR-Contag) estava Presidente e veio a Alagoas, formalizamos uma doação da CUT de um notebook para acompanhamento das reuniões nos pólos, isso viabiliza que todos os documentos sejam encaminhados instantaneamente e já saiam assinados pelas entidades presentes, o que agiliza todo o processo. Outro dado importante sobre as reuniões nos pólos é que são abertas às outras entidades da sociedade civil, então os jovens, mulheres, militantes das igrejas e outros segmentos organizados discutem e contribuem. É um modelo muito positivo. Por fim, os encontros são realizados com rotatividade de cidades, o que nos permite atingir 100% dos 102 municípios alagoanos.

CUT Nacional: Como é discutida a filiação de um sindicato a uma ou outra Central?

Genivaldo: Para mim, filiar por filiar não vale. O trabalhador tem que saber a importância da CUT para o movimento. Estou certo de que devemos chegar até o final do mês com mais 6 sindicatos rurais filiados à CUT. Para a região isso é importante porque a CUT é a única central sindical que faz trabalho de base, de luta e por isso, fizemos essa opção. Para nós aqui, a única central que defende os trabalhadores é a CUT, com ela temos identidade, por isso, optamos por estar filiados. Temos feito uma discussão com os companheiros e companheiras que nesse momento de crise é hora de unir campo e cidade, precisamos mais que nunca dessa integração.

CUT Nacional: O que pesou na decisão da militância ao definir a CUT como sua Central Sindical?

Givaldo: Estou no movimento sindical há 17 anos, participei de vários congressos da Contag, inclusive quando assumimos a filiação à Central. Eu até demorei muito para trazer os sindicatos para a CUT, que é uma Central de luta. Desde cursos profissionalizantes em prol dos trabalhadores, até nos momentos da luta nas ruas é a CUT que está do nosso lado, defendendo a classe. Nosso sindicato é filiado à Federação e o Genivaldo vem fazendo um importante trabalho de base em apoio à CUT que tem acompanhado de perto os sindicatos reivindicando condições dignas. As mobilizações nacionais e internacionais que a Central tem feito e, além disso, a virtude do trabalho dos companheiros Genivaldo e Izac, foram decisivas para a categoria.

Conheça abaixo as entidades recém filiadas à CUT:

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa da Canoa

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Limoeiro de Anádia

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rurais da Mata Grande

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santana do Ipanema

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São José da Tapera

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ouro Branco

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Dois Riachos

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Major Isidoro

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Miguel dos Campos

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quebrangulo

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Craíba

* colaborou vice-presidência da CUT

Químicos de São Paulo (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por CNQ/CUT

Chapa 1 é eleita pela continuação do projeto sindical da CUT

A "Chapa 1- Rumo a novas conquistas por uma vida melhor" foi eleita na última sexta-feira (20) para um mandato de três anos à frente do Sindicato dos Químicos de São Paulo e Região. Participaram da eleição cerca de 70% dos associados (as) com direito a voto que deram à chapa 96% dos votos válidos, ficando os restantes 4% distribuídos entre brancos e nulos. A base do sindicato é composta por cerca de 55 mil trabalhadores (as), deste total, cerca de 12 mil são sindicalizados.

Renato Carvalho Zulato, dirigente do Sindicato e integrante da Chapa 1, falou com exclusividade à Imprensa da CNQ, logo após a apuração dos votos.

O dirigente sindical faz uma avaliação das eleições, dos desafios das próximas campanhas salariais, explica a relação de seu sindicato e da CNQ.

Mineiro de Cataguazes, 50 anos, casado, pai de três filhos, Renato veio para São Paulo com 17 anos. Trabalhou em várias empresas metalúrgicas, antes de ir para a Unipark, conhecida indústria do setor plástico. Entrou para o Sindicato em 1988 e, desde então, tem atuação destacada como sindicalista.

Veja os pontos principais da entrevista

Avaliação das eleições

Nós fizemos uma avaliação na diretoria do Sindicato sobre o momento em que ocorre essa eleição, em meio a crise, com várias demissões da categoria, muitas empresas concederam férias, mas mesmo com esses obstáculos, atingimos nosso objetivo. O processo eleitoral transcorreu tranqüilamente e os trabalhadores das fábricas votaram, garantiram o quorum. Já os trabalhadores que estão de férias, nos fizemos contato com eles, pedimos que votassem nas subseções do Sindicato e tivemos também votação expressiva nas subseções e na própria sede. Porém, não basta eleger uma diretoria, mas é preciso que eles participem na construção da entidade, para que esse sindicato possa estar sempre ao lado dos trabalhadores.

Propostas da Chapa 1

As propostas da Chapa 1 foram discutidas e aprovadas no 5º Congresso da Categoria Química, realizado nos dias 6,7 e 8 de fevereiro. Ali, ficou definida a necessidade de continuar os trabalhos e compromissos do atual mandato. Entre as principais propostas, podemos destacar algumas. Por exemplo, realizar junto com a CNQ, a Fetquim e os demais sindicatos do ramo no Estado, filiados à CUT, uma grande e unificada campanha salarial, na qual não abriremos mão de recuperar nossas perdas salariais, lutaremos por aumento real e pela manutenção de direitos e novas melhorias.

Temos também o compromisso de fortalecer políticas de gênero, de juventude, dos aposentados e investimentos nas áreas culturais e de lazer do Sindicato e prosseguir com o trabalho na área de saúde e pelo fim do fator previdenciário.

Uma luta que tem história

Na verdade a Chapa 1 representa a continuidade de um trabalho que vem desde 1982, ocasião em que o Sindicato dos Químicos e dos Plásticos ainda eram dois sindicatos independentes, separados pela legislação, embora já comessem a conviver politicamente. Em 1994 nós unificamos os dois sindicatos e de lá pra cá há uma proposta que se mantém, que é a de um sindicato voltado para o fortalecimento da organização dos trabalhadores, em defesa do projeto político e sindical da CUT, da CNQ e da Fetquim, da luta pela organização no local de trabalho e pela formação política dos trabalhadores da base e dos dirigentes sindicais. Ou seja, damos continuidade a um trabalho que vem de algum tempo, mas aprimorando e corrigindo eventuais erros.

Crise Econômica

Hoje, nossa categoria sente os efeitos da crise econômica, principalmente no setor plástico. Vale lembrar que os principais segmentos de nossa categoria são o setor químico, o farmacêutico, plástico, de cosméticos e outros menores. Destes, o setor plástico foi seguramente o mais atingido, num efeito dominó, pois várias empresas do setor trabalham com a indústria automobilística que teve uma queda nas vendas. Houve demissões, empresas deram licenças remuneradas ou férias coletivas. Foram também apresentadas ao Sindicato propostas de redução de jornada com redução de salários e implantação de banco de horas, com o que não concordamos.

A crise e as campanhas salariais

Há uma crise real, mas há também muitas empresas que querem tirar vantagens com a crise, para fazer estruturação interna, demissões, etc. O nosso primeiro grande teste neste ano será agora na campanha do setor farmacêutico. O patronal poderá usar a crise como desculpa para não conceder aumento real, mas estamos preparados para fazer esse debate com os patrões. Nossa campanha salarial parte da idéia de recuperação de perdas salariais acumuladas no ano passado, quando a produtividade e o lucro das indústrias farmacêuticas foram grandes, portanto, não há justificativa para que eles não dêem aumento real neste momento.

Mudanças na estrutura sindical

Defendemos as propostas que a CUT defende, tais como liberdade e autonomia sindical, fim do imposto sindical e um sindicato atuante dentro da fábrica, voltado para organização dos trabalhadores, a partir do local de trabalho. Por isso, apoiamos as mudanças que fortaleçam o movimento sindical, nós.

Nosso sindicato, particularmente, vem se preparando para essas mudanças. Apostamos no crescimento da sindicalização, realizamos também estruturas internas, tanto políticas quanto financeiras que irão nos permitir sobreviver após o fim do imposto sindical. Vale ainda ressaltar que defendemos, junto com a central, o fim do imposto sindical e que os sindicatos tenham uma nova forma de sustentação financeira dos sindicatos, discutido e aprovado em assembléia pelos trabalhadores.

Agora, há propostas que, usando do argumento da modernidade, buscam, na verdade, enfraquecer e engessar o movimento sindical e flexibilizar direitos dos trabalhadores.

Somos, por exemplo, contrários ao Projeto de Lei nº. 1987/2007, do deputado Federal Cândido Vaccarezza. Estivemos em Brasília, junto com a CUT e a CNQ, para convencer o parlamentar a retirar o projeto. Esse projeto foi também debatido no 5º Congresso da categoria com outros parlamentares e sindicalistas, pois ele abre brechas para retirada de direitos e fragilização do movimento sindical.

Sindicato e CNQ

Nosso sindicato dá muita importância a Confederação Nacional do Ramo Químico, estivemos entre seus fundadores, quando ainda era o Departamento Químico e o companheiro Martisalem Covas Pontes (Matú) era o coordenador Nacional desse departamento que foi o embrião da CNQ. Já na CNQ, tivemos o companheiro Chagas, que hoje é vereador na capital de São Paulo, como coordenador Geral por duas gestões. Depois, veio o companheiro Edílson de Paula, que também coordenou a CNQ por duas gestões e vários dirigentes de nosso Sindicato que atuam na Confederação. Eu mesmo fui o primeiro secretário de Imprensa da Confederação. Entretanto, o que é mais importante: acreditamos no papel fundamental da CNQ na organização e no fortalecimento da unidade nacional dos trabalhadores do ramo químico, além de apoiarmos o importante trabalho que ela realiza na qualificação dos dirigentes sindicais.

Sintep/MT: Seminário “Trabalho decente por uma vida decente” ocorre nesta terça-feira (24) (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por Sintep/MT

A subseção de Cáceres do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adunemat), promove o seminário "Trabalho decente por uma vida decente". O evento ocorre na próxima terça-feira (24), no Escritório Modelo de Assistência Jurídica (Emaj), às 19h.

Os debatedores serão o superintendente regional do Trabalho e Emprego, Valdiney Antônio de Arruda, e o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT/MT), Júlio Cesar Martins Viana. As inscrições devem ser feitas no local e haverá entrega de certificados.

Nesta mesma linha, o governo do Estado irá realizar a Conferência do Trabalho Decente, em Cuiabá, no período de 14 a 16 de abril. Os eixos de ação são a erradicação do trabalho escravo, infantil, e dos acidentes fatais no trabalho. "Porém, o trabalho decente não deve ser focado apenas nestes três pontos", afirma Júlio Viana.

Além das prioridades estaduais, o presidente da CUT/MT aponta o assédio moral, a ausência de contratação formal e problemas de saúde decorrentes de condições precárias de trabalho. "Do ponto de vista de garantias de carreiras e salários, as condições são precárias", exemplificou.

Segundo ele, muitas vezes os trabalhadores são contratados temporariamente apenas para dar aulas. "Mas todos temos obrigações extrassala que, nestes casos, não são remuneradas. E obrigação não remunerada é trabalho escravo", finalizou.

Sindicato dos Bancários de Brasília promove Congresso dos Funcionários do BB do DF nos dias 27 e 28 (CUT Nacional) 23/03/09
Escrito por Sindicato dos Bancários de Brasília

Saúde, condições de trabalho, Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e o papel do Banco do Brasil nas incorporações são alguns dos temas que nortearão os debates no Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil do Distrito Federal, que será realizado nos próximos dias 27 e 28 de março, conforme deliberação da 10ª Conferência Nacional dos Bancários, de antecipar os encontros específicos por bancos.

O Congresso, que ocorrerá na sede do Sindicato, constitui o primeiro passo na organização coletiva do funcionalismo do BB para os desafios e enfrentamentos de 2009. Do encontro sairão os delegados e as reivindicações que serão encaminhadas ao 20º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que ocorre nos dias 24, 25 e 26 de abril, em Brasília, onde será fechada a pauta das questões específicas do banco, a ser levada imediatamente à direção do BB.

O credenciamento e a abertura do Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil do DF serão na sexta-feira 27, a partir das 18h. Às 19h, acontece, no Teatro dos Bancários, o debate "Negociações coletivas em um contexto de crise", promovido pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O segundo e último dia de discussões contará com extensa programação. Previ, o fundo de pensão dos funcionários, e Cassi, a Caixa de Assistência, tomam conta da pauta pela manhã, já às 9h. Na sequência, às 11h, começam as discussões em grupo, que param no intervalo para o almoço e retomam os trabalhos às 13h. Às 15h ocorrerá a plenária geral. A escolha dos delegados ao Congresso Nacional dos Funcionários do BB se dará às 16h. O encerramento está previsto para as 17h.

"É muito importante que, para o seu êxito, todos os bancários estejam envolvidos nos processos de discussão e deliberação da pauta específica. A campanha permanente deve ser construída com a participação de todos", convoca o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

As deliberações do Congresso Nacional dos Funcionários do BB serão encaminhadas à 11ª Conferência Nacional dos Bancários para integrarem as negociações das mesas temáticas e também a pauta de reivindicações da categoria durante a Campanha Nacional dos Bancários 2009.

Lula anuncia novo pacote de habitação nesta quarta-feira (25) (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por Diário do Comércio

São Paulo - O presidente Luiz Inácio Lula Silva confirmou que o pacote de habitação com o objetivo de construir um milhão de casas para famílias com renda de até dez salários mínimos será anunciado nesta quarta-feira, no dia 25 de março. Lula não deu detalhes sobre como o programa irá funcionar e quando as obras terão início.

"Na quarta-feira, vamos anunciar um grande programa de habitação no Brasil para construir um milhão de casas", disse ele, no encerramento do seminário "Oportunidades de Comércio, Negócios e Investimentos entre Argentina e Brasil", ao lado da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

"Esperamos ser um desafio extraordinário para a indústria da construção civil brasileira, que passou 50 anos reclamando e agora vai ter um milhão de casas para serem construídas, casas para pessoas de zero a 10 salários mínimos", acrescentou.

Ajuste na economia - Segundo informou o presidente da República essa não será a única medida do governo com o objetivo de combater os efeitos da crise internacional, que acabou desacelerando a economia brasileira, mas não entrou em detalhes sobre quais seriam tais ações.

"Certamente outras medidas vão ser anunciadas na medida em que vá sendo necessário a gente fazer o ajuste da economia", enfatizou Lula.

O presidente disse que o crédito no país já está sendo retomado, diferentemente do que está ocorrendo nos países desenvolvidos, onde o crédito desapareceu".

"Trabalho com a confiança de que nós teremos um segundo trimestre melhor que o primeiro, e um terceiro trimestre melhor, e a partir daí a economia brasileira, argentina e da América do Sul e no mundo inteiro comece a se recuperar", declarou.

Problema sério - Lula admitiu que a economia brasileira teve um "problema sério" nos meses de outubro, novembro e dezembro, mas ponderou que ela já começa a dar sinais de recuperação.

"Certamente, nós não cresceremos o tanto que queríamos crescer, mas com o passar do tempo nós vamos perceber que o Brasil estará entre os países que tiveram crescimento positivo no PIB, diferentemente dos países que estão em recessão, economias fortes como Estados Unidos, países europeus e Japão", afirmou Lula.

Como exemplo, o presidente citou o caso da indústria automobilística brasileira, que passou por uma "crise medonha" no último trimestre de 2008. "Algumas empresas já estão convocando os trabalhadores para fazer hora-extra no sábado. Eu acho isso importante", exemplificou.

Lula disse ainda que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vão gerar muitos empregos no país. "Portanto iremos recuperar parte dos empregos, no mês de fevereiro. Já tivemos crescimento positivo dos empregos formais criados em fevereiro", destacou.

FENADADOS: Plenária Nacional de Campanha Salarial e Organização do Movimento 2009/2010 (CUT Nacional) 23/03/09

Escrito por FENADADOS

A aprovação do Regimento Interno marcou o início dos trabalhos da Plenária Nacional de Campanha Salarial e Organização do Movimento 2009/2010 dos (as) Trabalhadores (as) do Serpro, Dataprev, Datamec e em Empresas Particulares, neste sábado (21), em Brasília.

Cerca de 150 pessoas, entre delegados, observadores e convidados, participaram das atividades.

Anfitrião do evento, o presidente do SINDPD-DF, Djalma Araújo Ferreira, abriu a sessão agradecendo a presença de todos. "Que esta plenária represente mais à frente os anseios dos trabalhadores", enfatizou.

O presidente da FENADADOS, Carlos Alberto Valadares Pereira (Gandola), destacou a importância da efetiva participação dos (as) trabalhadores (as) nas assembléias e nas demais atividades organizadas pelos sindicatos e pela Federação, como forma de alavancar uma campanha vitoriosa para todos.

Gandola lembrou que o SINDPD de Santa Catarina passou a integrar oficialmente a estrutura da FENADADOS.

Sobre isso, Djalma Araújo disse que o SINDPD do Amapá - que está em fase de registro - também fará parte da Federação, e aproveitou para apresentar o representante amapaense, Marsolio.

A mesa de abertura foi formada pelo presidente da FENADADOS, Carlos Alberto Valadares Pereira (Gandola); pelo presidente do SINDPD-DF, Djalma Araújo Ferreira; pelo diretor da FENADADOS e representante da CUT Nacional, Manoel Messias Nascimento Melo; e pelo Secretário-Geral da Federação, Antônio Carlos de Souza (Barba).

Entidades Sindicais Nacionais se reúnem na sede do GEAP, e reivindicam a abertura de nova jornada (*CUT Nacional*) 23/03/09

Escrito por CNTSS/CUT

Irineu Messias da CNTSS/CUT, representando os sindicatos dos trabalhadores federais da seguridade social e representantes da CONDSEF (sindicatos gerais de servidores federais); FASUBRA (sindicatos dos servidores administrativos das universidades federais), FENADADOS (sindicatos dos trabalhadores da DATAPREV) e a SINAGÊNCIAS (servidores das agências nacionais de regulação) estiveram no dia 18 de março na sede da GEAP, em Brasília, reunidos com a diretora executiva da GEAP Regina Parizzi, e a presidenta do Conselho Deliberativo do CONDEL, Vilma Ramos, tendo como pauta as reivindicações que já vem sendo discutida à tempos: a Suspensão imediata da decisão do CONDEL; a Extinção do pagamento da co-participação nos serviços oferecidos pela GEAP e a Reivindicação da participação das entidades sindicais nacionais, em todas as reuniões do CONDEL.

Regina Parizzi iniciou a reunião fazendo um diagnóstico da situação da GEAP e a apresentação dos argumentos técnicos que serviram de base para a decisão do CONDEL que modificou a forma de cobrança das mensalidades dos usuários da GEAP, principalmente daqueles que em sua maioria integram o Geap Saúde, que antes pagava 8% (oito por cento) do salário, (com um teto máximo de R\$ 400,00) além da co-participação por diversos serviços utilizados pelo servidor.

Após a decisão do CONDEL estes servidores passarão a pagar R\$ 115,00 por dependente , ou seja, um servidor que antes pagava cerca de 240,00, se tiver 05 dependentes vai pagar $5 \times 115 = 575,00$. Haverá muitos casos em que servidores pagarão cerca de mais de mil reais, além da co-participação.

Informou ainda que a instituição tem um déficit muito alto e se alguma coisa não fosse feita, poderia sofrer intervenção do ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, como aconteceu, segundo ela, em vários outros planos de saúde, quando a Agência detectou seguidos déficits financeiros. Outras informações semelhantes foram acrescentadas pela presidenta do CONDEL, Vilma Ramos, no momento em que, fez questão de lembrar que durante 03 meses,- de agosto a novembro, de 2008, foi realizado este debate com o CONDEL , e que portanto os servidores estavam informados deste assunto. Informou ainda que várias propostas foram analisadas pelo Conselho até chegar à proposta aprovada.

As representantes da GEAP continuaram a discorrer sobre os problemas financeiros enfrentados pela instituição, entre eles, segundo elas, a inadimplência. Quanto a isso os representantes sindicais mostraram que, com esta medida tomada a inadimplência vai aumentar mais ainda, pois os futuros valores serão muito altos; somando-se a isso os valores da co-participação obrigatória da maiorias dos serviços prestados pela GEAP.

Além da inadimplência, o déficit permanente e freqüente na casa de alguns milhões de reais, foi outro fator , segundo elas, para aumentar as mensalidades do plano.

"As entidades acharam bastante positivo,as informações passadas pelas representantes da Geap, contudo não se convenceram da medida adotada, visto que os servidores já estão bastantes endividados, inclusive pela Geap, analisa Irineu Messias.

"Os dirigentes presentes afirmaram que a nova modalidade e os valores das mensalidades vão "expulsar" muitos servidores do Geap Saúde que é o plano mais completo da instituição. Muitos servidores, foi afirmado ainda, estão indignados ante a possibilidade de perder a GEAP, na qual estão a mais de 25 anos, em alguns casos , a mais de 35 anos.

Por estas e outras razões as entidades de comum acordo reivindicam a suspensão imediata desta decisão e a abertura de uma jornada de negociação para encontrar outras alternativas que não esta, tão penalizadora para os servidores, além de impor a eles a provável perda de um plano de saúde que passou a vida inteira pagando. Na próxima quinta-feira, representante das entidades sindicais acima, irão estar presente no CONDEL para pressionar neste sentido", finaliza o representante da CNTSS/CUT, Irineu Messias.

Encontro Nacional do Setor Siderúrgico reúne dirigente sindicais na CNM/CUT (*CUT Nacional*) 23/03/09

Escrito por CNM/CUT

Nos dias 19 e 20 de março, a CNM/CUT realizou em sua sede, na capital paulista, mais um encontro nacional do setor siderúrgico, que reuniu representantes dos trabalhadores nas empresas que fazem parte da base sindical da confederação.

O encontro focou boa parte das discussões nos impactos e efeitos futuros da crise financeira mundial, que afetou o mercado do aço em todo o mundo e, ao mesmo tempo, acarretou em demissões nas indústrias do setor, principalmente no exterior.

Companhias como ArcelorMittal, Usiminas e Nippon Steel chegaram a desligar os alguns alto-fornos por conta da baixa demanda de pedidos.

"É uma atividade importante, pois reúne em um mesmo espaço trabalhadores de diversas empresas e diferentes regiões do país, que podem trocar experiências e relatar a situação enfrentada em cada localidade", disse o secretário de Finanças da CNM/CUT e coordenador do setor siderúrgico na Confederação, José Wagner de Oliveira.

No final do encontro, o presidente da CNM/CUT, Carlos Alberto Grana, fez uma análise de conjuntura, deu um balanço dos últimos acontecimentos na economia mundial e o que pode interferir de alguma forma nas indústrias siderúrgicas.

"É preocupante saber que empresas como a Gerdau, que registrou lucros gigantescos nos últimos anos, ameaça o trabalho de milhares de companheiros em tempo recorde, sem ao menos usar um pouco da gordura acumulada. Por isso debatemos formas de enfrentar este tipo de situação nas empresas", concluiu José Wagner.

Superintendência liberta 280 pessoas de fazenda em Tocantins (CUT Nacional) **23/03/09**

Escrito por Repórter Brasil

Uma denúncia anônima levou o grupo de fiscalização rural da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Tocantins (SRTE/TO) até a Fazenda Bacaba, onde foram libertadas 280 pessoas de trabalho análogo à escravidão. A propriedade pertence à empresa Saudibras Agropecuária e Empreendimentos e Representações Ltda. Os trabalhadores eram responsáveis pela plantação do pinhão-mansão, utilizado para a fabricação de biodiesel. A fazenda fica no município de Caseara (TO), a 230 km da capital Palmas.

Botinas, facões, luvas e outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) - e até a água de beber - eram cobrados pelo empregador. O valor das compras era descontado diretamente dos salários que, por conta da prática criminosa, não chegavam nem a um salário mínimo (R\$ 465).

Os funcionários são moradores de Caseara e Marianópolis (TO) - outro município da região - e eram transportados por um ônibus sem licença regular. O veículo estava em péssimo estado de conservação. "O meio ambiente de trabalho era muito ruim e desrespeitava muitos pontos da legislação trabalhista. Por isso optamos pela retirada dos trabalhadores do local", explica Humberto Célio Pereira, auditor fiscal que coordenou a ação na Fazenda Bacaba. Apenas 127 empregados tinham o devido registro na Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CPTS).

Nas frentes de trabalho, não havia instalações sanitárias e os trabalhadores eram obrigados a utilizar o mato como banheiro. As mulheres, segundo o auditor, "não ficavam à vontade por causa da presença masculina e passavam até um dia inteiro sem urinar". As refeições eram feitas no chão, sem qualquer espaço adequado ou proteção contra intempéries. "As marmitas servidas pela empresa não eram armazenadas corretamente".

Os fiscais constataram excesso na jornada: os empregados cumpriam até 12 horas por dia. Humberto relatou ainda que trabalhadores foram intoxicados pela não utilização de EPIs na aplicação de agrotóxicos.

Foram lavrados ao todo 35 autos de infração. As verbas rescisórias devidas pela Saudibras chegam aproximadamente a R\$ 450 mil. Também será pago o Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado.

Segundo Ari José Santana Filho, advogado da Saudibras, "a realidade dos fatos foi distorcida". Ele nega que a empresa cobrava EPIs e outros artigos básicos dos trabalhadores. Declara, porém, que a empresa tinha "pequenas irregularidades, simples de serem sanadas", como o local para as refeições nas frentes de trabalho e o cinto de segurança do ônibus utilizado.

"O Ministério do Trabalho e Emprego não concedeu prazo para regularizar a situação e foi completamente parcial", opina o advogado da empresa. Ele disse ainda que a Saudibras irá realizar os pagamentos dentro do prazo estipulado pela fiscalização, porém não soube dizer qual o prazo definido.

A ação da SRTE/TO foi realizada em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Federal (PF). O MPT irá mover ação civil pública, além do processo judicial pelo crime de redução de pessoas à condição análoga à de escravos, previsto no Art. 149 do Código Penal.

Pequenos agricultores

Além do crime de trabalho escravo, a empresa Saudibras também causou problemas aos agricultores familiares, principalmente assentados da reforma agrária. A empresa mantém parcerias com pequenos produtores, por meio da Companhia Produtora de Biodiesel do Tocantins (Biotins Energia), que é parceira da Saudibras na Fazenda Bacaba.

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil esteve no Tocantins para registrar, checar e analisar os impactos sociais e ambientais da produção do pinhão-manso e encontrou um cenário de prejuízos para os pequenos agricultores consorciados.

A parceria entre a empresa e os agricultores começou em 2006. Na época, a Biotins financiou alguns assentados, ajudando na instalação da cultura em áreas de um a três hectares. Contudo, a maior parte dos parceiros tomou financiamentos no Banco Amazônia (Basa) com prazo de dez anos para pagar. A previsão de produção da empresa não se concretizou e, no segundo ano de plantio, a maioria dos agricultores não atingiu a produtividade prevista.

Até julho de 2008, a Biotins havia fechado acordos com agricultores de sete assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Caseara, Araguacema, Marianópolis, Divinópolis, Pium e Paraíso, todos na região Oeste do Estado de Tocantins.

O agricultor Francisco Alvarista da Silva, do assentamento de Caiapó, em Caseara, recebeu, por exemplo, R\$ 66,00 pelos 190 kg de pinhão que produziu em 3,5 hectares. "Pelo que a empresa falou, o pinhão daria muito dinheiro, e fomos pela cabeça deles", disse Francisco ao CMA. Até o ano passado, a dívida de Francisco era de R\$ 6 mil junto ao banco.

Falta de orientação técnica e de informações, tanto as disponíveis sobre a planta quanto as repassadas aos agricultores, manejo em muitos casos inadequado, problemas de adaptabilidade do pinhão-manso às condições locais, sobretudo clima e solo, explicam os maus resultados da parceria. Mas o prejuízo ficou com os pequenos agricultores e não com a empresa.

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br

GAZETA MERCANTIL

CORREIO POPULAR




O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: LÍlian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

